

FACULDADE DA IGREJA MINISTÉRIO FAMA – FAIFA
PROGRAMA DE INTEGRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS EM TEOLOGIA -
CONVALIDAÇÃO
CALEBE PEREIRA DE SOUSA

ÉTICA CRISTÃ NO CONTEXTO DA IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA

GOIÂNIA

2015

CALEBE PEREIRA DE SOUSA

ÉTICA CRISTÃ NO CONTEXTO DA IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade da Igreja Ministério Fama – FAIFA, como requisito final para obtenção do título de bacharel em Teologia, sob a Orientação do Prof. Ms. Guilherme Burjack de Carvalho.

GOIÂNIA

2015

Faculdade da Igreja Ministério Fama
Biblioteca Central

CIP - DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Sousa, Calebe Pereira de.
S725e Ética cristã no contexto da igreja evangélica
brasileira / Calebe Pereira de Sousa. -- 2016
61 f.

Orientador: Carvalho, Guilherme Burjack de.
Monografia (Graduação) - Faculdade da Igreja
Ministerio Fama, Curso de Bacharelado em Teologia,
Goiânia, Goiás, Brasil, 2016.

1. Ética. 2. Ética cristã. 3. teologia Moral. 4.
Os Dez Mandamentos. 5. Vida Cristã. I. Guilherme
Burjack de Carvalho, orient. II. Título.

CDU: 241

Ficha Catalográfica elaborada por:
Dannilo Ribeiro Garcês Bueno
Bibliotecário
CRB-1: 2162

CALEBE PEREIRA DE SOUSA

ÉTICA CRISTÃ NO CONTEXTO DA IGREJA EVANGÉLICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade da Igreja Ministério Fama – FAIFA, como requisito final para obtenção do título de bacharel em Teologia, sob a Orientação do Prof. Ms. Guilherme Burjack de Carvalho.

DATA DE APROVAÇÃO: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Ms. Guilherme Burjack de Carvalho

Examinador 1

Examinador 2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que por pura graça me conduziu até aqui, à Ele toda a Glória! Aos meus pais, Pr. Nilo Amário e Pra. Evanilde Sousa, à vocês minha gratidão!

A minha esposa Karla, que pacientemente tem me suportado. Às minhas irmãs, Priscila e Denise, que sempre me apoiaram! Aos meus lindos sobrinhos, Davi e Arthur, vocês são um presente de Deus! E a todos os amigos que de algum modo contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui, Deus é Fiel!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que tem sido minha força durante os momentos de fraqueza, minha luz e minha esperança, Seja louvado para sempre! Aos meus pais, Pr. Nilo Amário e Pra. Evanilde Sousa, pelo incentivo, pelo apoio incondicional, e acima de tudo, pelas orações, sou imensamente grato por tudo. Agradeço também a minha querida esposa Karla, pelo amor e carinho dedicados a mim. As minhas irmãs Denise e Priscila, por me amparar sempre que eu preciso. A toda minha família! Ao meu orientador, amigo e pastor Guilherme Burjack, pelos conselhos e por sua amizade! E a igreja do Condomínio Portugal, pelo respeito e companheirismo de todos. Aos amigos e companheiros deste caminho da busca pelo saber!

“Temos, pois, os Dez Mandamentos, modelo de doutrina divina para o que devemos fazer, a fim de que toda a nossa vida agrade a Deus, e a verdadeira fonte e canal de onde deve manar e por onde deve fluir tudo quanto quer ser boa obra”

(Martinho Lutero, Grande Catecismo)

RESUMO

O assunto abordado no trabalho de conclusão de curso que se segue é a respeito da ética cristã no contexto da igreja evangélica brasileira, e se relaciona essencialmente com a conduta dos membros destas igrejas. Tendo em vista que atualmente existe uma grave crise ética no âmbito da igreja referida, através da pesquisa bibliográfica objetivamos definir o que é ética cristã, suas bases, seus fundamentos e suas abrangências, e qual a sua relevância para os dilemas éticos enfrentados pela igreja evangélica brasileira. Para que a partir dessa análise, propor novos caminhos para a reflexão ética que ocorre no âmbito da igreja evangélica brasileira da atualidade. Ética de modo geral se relaciona com costumes, hábitos, etc., é o ramo do estudo que, se ocupa com as questões a respeito das leis morais que regem a conduta humana, principalmente no que se refere a sua vida em sociedade. Já a ética cristã é a reflexão ética tomada a partir das Escrituras Sagradas. A base da ética cristã é o decálogo, ou dez mandamentos, de modo que se torna quase impossível se falar a respeito de ética cristã sem levar em consideração o conteúdo do decálogo em todas as suas abrangências nos dias atuais. Os resultados pretendidos pelo estudo em questão, oferecerão propostas sólidas afim de apontar novos rumos para as reflexões éticas que ocorrem no seio da igreja evangélica brasileira.

Palavras-chave: Ética. Ética Cristã. Dez Mandamentos. Vida Cristã.

ABSTRACT

The subject matter in the end of course work that follows is about the christian ethics in the context of brazilian evangelical church, and mainly relates to the conduct of members of these churches. Given that there is currently a serious ethical crisis as part of that church, through bibliographic research aimed to define what Christian ethics, their bases, essentials and their scopes, and what is its relevance to the ethical dilemmas faced by the evangelical church brazilian. Therefore, that from this analysis, propose new avenues for ethical reflection that occurs within the brazilian evangelical church of today. General ethics relates to customs, habits, etc., it is the study of the branch that deals with the issues concerning the moral laws governing human conduct, especially as regards their life in society. Since Christian ethics is the ethical reflection taken from the Holy Scriptures. The basis of Christian ethics is the Decalogue, or Ten Commandments, so that it becomes almost impossible to talk about Christian ethics regardless of the Decalogue content in all its scopes today. The results intended by the study in question, offer solid proposals in order to point out new directions for ethical reflections that occur within the Brazilian evangelical church.

Keywords: Ethics. Christian ethics. Ten Commandments. Christian Life.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. ÉTICA SECULAR E ÉTICA CRISTÃ.....	14
1.1 ORIGEM E OCORRÊNCIA DO TERMO ‘ÉTICA’	14
1.2 DEFINIÇÕES BÁSICAS.....	14
1.2.1 Ética e moral.....	15
1.2.2 Tipos de ética secular.....	16
1.3 ASPECTOS DA ÉTICA GERAL.....	17
1.3.1 Ética empírica.....	17
1.3.2 Ética analítica.....	17
1.3.3 Ética normativa.....	17
1.3.3.1 Ética normativa da ação.....	18
1.3.3.2 Ética normativa do ser.....	19
1.4 O HOMEM COMO SUJEITO DA ÉTICA.....	19
1.4.1 A responsabilidade do homem.....	19
1.5 ÉTICA CRISTÃ.....	20
1.5.1. Definição de ética cristã.....	20
1.5.2 Diferenças entre ética secular e ética cristã.....	21
1.5.3 Razões para a ética cristã.....	22
1.5.4 Fontes da ética cristã.....	23
1.6 ÉTICA NA BÍBLIA.....	24
1.6.1 Ética no Antigo Testamento.....	24
1.6.2 Ética no Novo Testamento.....	25

1.6.2.1 Ética do reino.....	27
1.7 A IMPORTÂNCIA DA LEI REVELADA POR DEUS PARA A ÉTICA CRISTÃ.....	28
1.7.1 Definição de lei.....	28
1.7.2 A lei no Antigo Testamento.....	28
1.7.3 A lei no Novo Testamento.....	29
2. O DECÁLOGO COMO BASE DA ÉTICA CRISTÃ	31
2.1 ORIGEM DO TERMO DECÁLOGO.....	31
2.2 A IMPORTÂNCIA E VALIDADE DO DECÁLOGO PARA A ÉTICA CRISTÃ.....	31
2.2.1 O preâmbulo ao decálogo.....	31
2.3 A DESCRIÇÃO DO DECÁLOGO.....	32
2.3.1 1º Mandamento: reconhecer e honrar o único e verdadeiro Deus.....	32
2.3.2 2º Mandamento: adorando somente ao Senhor.....	35
2.3.3 3º Mandamento: o testemunho da santidade de Deus.....	36
2.3.4 4º Mandamento: o senhorio de Deus sobre o tempo: trabalho e descanso.....	37
2.3.5 5º Mandamento: Pais e filhos.....	39
2.3.6 6º Mandamento: Honrando a vida humana.....	40
2.3.7 7º Mandamento: questões de ética sexual: honrando o matrimônio.....	42
2.3.7.1 Divórcio.....	43
2.3.7.2 Homossexualismo.....	44
2.3.8 8º Mandamento: a proteção da propriedade e do trabalho.....	45
2.3.9 9º Mandamento: a proteção da honra.....	46
2.3.10 10º Mandamento: controle dos desejos e ambições erradas.....	47
3. COMPARAÇÃO ENTRE OS CÓDIGOS DE ÉTICA E O DECÁLOGO.....	49
3.1 PONDERAÇÕES CONCLUSIVAS.....	52

4. CONCLUSÕES.....	54
4.1 PROPOSTA DE CÓDIGO DE ÉTICA CRISTÃ.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	60

INTRODUÇÃO

A igreja evangélica brasileira vive uma crise ética sem paralelos. Atualmente não é difícil se encontrar relatos de pessoas que afirmam estar decepcionadas com seus líderes religiosos ao descobrirem atitudes praticadas pelos tais, que acreditam ser antiéticas. Na grande mídia (TV, Internet), também não se tem dificuldades para encontrar notícias de pastores, pregadores, e líderes religiosos de modo geral, que foram apanhados em situações que são, no mínimo constrangedoras, como por exemplo, desvio de dinheiro da igreja, infidelidade conjugal, dentre outras.

Embora se deve levar em consideração que em grande parte, tais notícias sejam tendenciosas, isso não muda o fato de que são ações censuráveis, e assim, podemos afirmar que tais ações são consideradas antiéticas e imorais. Além do mais, tais comportamentos não são exclusividade dos líderes das igrejas e comunidades, pois quando se passa a analisar a conduta dos membros comuns das igrejas percebe-se que também existem comportamentos semelhantes aos que acabamos de citar, condutas que são consideradas antiéticas e imorais, deste modo, muitos em sua vida '*secular*', como dizem, praticam atos desprezíveis e se envolvem em negócios escusos sem nenhum problema de consciência, mesmo sendo declaradamente cristãos e membros de alguma denominação evangélica.

Diante disso a sociedade civil e a própria igreja sofrem os impactos desses comportamentos, perdendo parte da sua credibilidade perante a sociedade. Portanto, diante dessa realidade é extremamente necessário e urgente refletirmos a respeito da ética cristã. E diante dessa urgência, precisamos definir o que é ética cristã, e qual a base da ética cristã nos dias atuais, e finalmente, quais saídas podemos propor para a crise ética vivida pela igreja brasileira.

Para definirmos o que é ética cristã, é necessário antes definir o que é ética de modo geral, ou secular. Ética no sentido lato da palavra é o estudo filosófico das leis morais que regem as ações humanas; ou também pode ser a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Agora ética cristã é toda reflexão ética tomada a partir das Sagradas Escrituras, é pensar a realidade a partir da fé cristã. A base sobre a qual repousa a ética cristã remonta aos textos bíblicos, mais especificamente no Antigo Testamento, nos livros de Êxodo e Deuteronômio, onde estão descritos os dez mandamentos, os quais, são a expressão da vontade de Deus e reflete parte do seu caráter. Deste modo, todos os que, na atualidade, querem viver de acordo com a vontade de Deus devem seguir este padrão.

A crise ética vivida pela igreja evangélica brasileira pode começar a ser solucionada a partir da análise, não apenas da forma, mas da essência das leis do decálogo, e descrever qual sua aplicação nos dilemas éticos enfrentados pela igreja contemporânea. E diante dessa análise propor um modelo de código de ética que seja embasado nos dez mandamentos. Assim, ao se observar a essência das leis do decálogo, colocá-las em prática através de um código de ética, a crise ética encontrada em grande parte da igreja evangélica contemporânea estará em vias de ser solucionada.

Esta pesquisa tem como objetivo definir o que é ética cristã, suas bases, seus fundamentos e suas abrangências, e qual a sua relevância para os dilemas éticos enfrentados pela igreja evangélica brasileira, e a partir disso, propor novos caminhos para a reflexão ética que ocorre no âmbito da igreja evangélica brasileira da atualidade. Para alcançar tal objetivo será necessário pesquisar sobre o que vem a ser ética cristã: suas origens, abrangências e aplicações.

E em seguida fazer uma descrição dos códigos de ética de três grandes denominações evangélicas brasileiras: Igreja Assembleia de Deus Missionária, Ordem dos Ministros Batistas Nacionais (ORMIBAN), e Igreja Metodista – Sede Nacional. E por fim compará-los afim de identificar as aproximações e distanciamentos entre os códigos de ética analisados e o decálogo, e partindo dessa apreciação propor um código de ética que seja baseado no decálogo. A metodologia adotada para realizar este trabalho será composta pela pesquisa bibliográfica, pois ela se fará por meio de textos impressos.

É importante salientar aqui que esses códigos de ética citados são documentos públicos e estão disponíveis na internet, e os endereços estão devidamente descritos na bibliografia. Não foi possível a análise do código de ética da Igreja Assembleia de Deus – Campo Campinas, igreja da qual sou membro, pelo simples motivo de que tal documento não está disponível para consulta.

O tema proposto nesta pesquisa se relaciona essencialmente com a conduta dos membros de igrejas evangélicas brasileiras. Tendo em vista que atualmente existe uma grave crise ética na sociedade civil como um todo, e na igreja também. Esta pesquisa é de grande importância para que seja possível entender quais são de fato os principais causadores desta crise, bem como entender e apontar a abrangência desta crise ética na vida da própria igreja em si, para finalmente encontrar novos caminhos em direção da saída da mesma. O estudo da ética cristã nos dias atuais não é apenas importante, é sobretudo necessário, e é por isso que tal estudo

faz parte da grade curricular de diversos cursos teológicos do Brasil, e se relaciona com uma área tão importante, que é a vida cristã.

Nosso estudo sobre ética cristã tem a finalidade de servir de auxílio a todos os líderes, pastores, professores, e a todos que militam na área da ética e da moral na igreja brasileira. Bem como aos membros das igrejas evangélicas brasileiras de modo geral. Afim de que tenham mais um subsídio literário que servirá para auxiliá-los em estudos, pesquisas e reflexões que se relacionem com ética cristã.

E por fim, toda a sociedade civil será de certo modo beneficiada, pois, como foi dito anteriormente, a mesma também sofre os impactos da grave crise ética aventada anteriormente. Além do mais, no fim desta pesquisa seguirá uma proposta de um modelo de código de ética cristã baseado no decálogo para a igreja evangélica brasileira, que visa um cristianismo mais coerente, de modo que toda comunidade seja beneficiada.

Os resultados pretendidos pelo estudo em questão, oferecerão propostas sólidas afim de apontar um caminho para as reflexões éticas existentes no seio da igreja evangélica brasileira. A partir destas propostas, tal igreja, terá a possibilidade de engendrar novas reflexões, e também trilhar novos caminhos, no que diz respeito a ética e a moral. Por fim, através destes resultados poderão surgir novas pesquisas com o intuito de solucionar os problemas aqui elencados.

1. ÉTICA SECULAR E ÉTICA CRISTÃ

1.1 ORIGEM E OCORRÊNCIA DO TERMO ‘ÉTICA’

A palavra ética, a exemplo de muitas palavras importantes do nosso vocabulário é de origem grega. Sua raiz vem do substantivo grego “*ethos*”, que de modo geral pode significar: *costume, hábito, uso ou usual*. “*Ethos*” também está relacionado com outro significado: *caráter, mentalidade, índole*. (WIESE, 2008).

“Historicamente falando, a palavra ética nasce da doutrina do comportamento moral do ser humano, elaborada por Aristóteles (384-323 a.C.)” Conforme afirma Werner Wiese (2008, p.20). Deste modo, Aristóteles parece figurar como um dos nomes mais importantes quando se trata de ética como uma disciplina separada da filosofia, a qual sempre estivera ligada. Corroborando este pensamento Barret Clifford assevera que “a honra, de ser o primeiro pensador da Civilização ocidental a apresentar um tratado sistemático sobre ética pertence a Aristóteles, o maior discípulo de Platão.” (CLIFFORT *apud* GRENZ, 2006, p.77)

Pois, embora Platão e Sócrates tenham tido papéis muitos significativos neste sentido, principalmente com seus discursos a respeito do “*bem*”, (GRENZ, p. 26) o aluno (Aristóteles) toma um caminho diferente do de seu mestre Platão, pois, de acordo com Wayne Meeks,

“Quando Aristóteles se propôs a escrever a *Ética a Nicômaco*, ele não deu à obra a forma de exortações para um comportamento apropriado, nem a forma do tipo de diálogos como Platão escreveu, procurando raciocinar sobre o método de cada um em relação as ideias fundamentais em que se baseava a ética. Ele dirigiu, sim, o seu ensaio às pessoas que já eram virtuosas, com a intenção de ajudá-las a refletirem sobre a experiência moral comum que compartilhavam com seus iguais [...]” (1997, p.15).

A palavra “*ethos*” ocorre doze vezes na Bíblia, e de modo geral com o sentido de *estilo de vida, conduta, costumes ou prática*. (REIFLER, 2009).

1.2 DEFINIÇÕES BÁSICAS

Para fins didáticos o assunto ‘ética’ foi dividido entre ética considerada secular, e ética cristã, sendo que posteriormente será feita a definição separada de ética cristã, por hora nos ocuparemos apenas com a ética secular. Dito isto, passamos agora a descrever algumas definições do termo ética.

Na definição do autor mexicano Adolfo Sanchez “Ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica

de comportamento humano. ” (2006, p.23). O teólogo americano Wayne Meeks contribui com sua definição de que considera a ética apenas como “uma atividade reflexiva de segunda ordem: (pois) é a moralidade tornada autoconsciente”. (1997, p. 12).

Werner Wiese a define como “a ciência (estudo/ensino) que se ocupa com a conduta do ser humano, focando especialmente sua responsabilidade pela organização da vida na sociedade”. (2008, p. 23). De acordo, então, com essa definição a ética não se resume apenas ao indivíduo isolado, mas tem também uma abrangência na sua relação com a sociedade.

A definição de Hans Ulrich Reifler para ética secular é que “a ética secular ou filosófica é a ciência dos costumes ou hábitos. É uma ética que busca a verdade e o bem pela razão, conforme os conceitos predominantes na época”. (2009, p.16). Assim, sintetizando estas definições podemos afirmar que, de modo geral, a ética é o ramo do estudo que, se ocupa com as questões a respeito das leis morais que regem a conduta humana, principalmente no que se refere ao seu comportamento e sua vida em sociedade.

1.2.1 Ética e moral

O termo moral é de origem latina, vem do latim “*mos*” que significa “vontade, intenção” e pode vir a significar ética (WIESE, 2008). Este termo também está relacionado aos princípios da conduta certa e errada (ERICKSSON, 2011).

Por outro lado, na definição de ética feita por Wayne Meeks, que é “uma atividade reflexiva de segunda ordem: (pois) é a moralidade tornada autoconsciente” conforme descrita no tópico anterior, parece levar a crer que existe uma diferença de importância entre ética e moral, ao passo que este autor descreve ética quase como um subproduto da moral, ao considerar a ética apenas como *uma atividade reflexiva de segunda ordem*, onde subentende-se que a moralidade é um tanto mais importante.

Porém, apesar de se considerar que a moral observa o que o homem faz, e a ética se ocupa com os motivos porque ele faz, que são coisas um pouco diferentes, “linguisticamente não existe uma diferença significativa entre ética e moral [...]” (VASQUEZ, 1987 *apud* WIESE, 2008, p. 24), Sidgwick parece caminhar no mesmo sentido ao afirmar que “estabelecer uma distinção rigorosa entre os dois pode ser um tanto arbitrário” (SIDGWICK *apud* GRENZ, 2006, p.26), este mesmo autor também afirma que as palavras moral e ética geralmente são utilizadas como sinônimas.

Muitos estudiosos usam estes termos de maneira intercambiáveis, ao passo que a existência dessas duas palavras não se refere essencialmente a duplicidade de significados deste termo, mas sim a sua dupla origem do greco-latina. (GRENZ, 2006). Então, partindo dessa proposição, nesta pesquisa usarei o termo ética como sinônimo de moral, abrangendo o significado tanto deste, como daquele termo.

1.2.2 Tipos de ética secular

Utilizando como base o esquema adotado por Werner Wiese no livro “Ética Fundamental” podemos descrever alguns dos principais tipos de ética secular.

- I) *Ética positivista*: Consiste em “determinadas normas e valores de conduta que se cristalizaram e se formaram ao longo da história” (2008, p.32). Além disso ela foi formada através de costumes ou hábitos populares, ou também por um código de leis dado por um grande personagem, ou numa assembleia constituinte que elabora democraticamente uma legislação. (WIESE, p.32). Este tipo de abordagem ética chega a defender um relativismo ético, ignorando a existência de valores éticos mais estáveis.

- II) *Ética utilitarista*: Defende ou pressupõe que “o ser humano age instintivamente ‘eticamente correto’.” A ética utilitarista é subdividida em duas variantes, a saber, o utilitarismo individual e o social. Deste modo por utilitarismo individual devemos entender que é uma atitude que parte do princípio da ambição humana, ou seja, o ser humano faz o que pode trazer-lhe autoconfirmação, autorealização, autoproteção. (WIESE, p. 37). O utilitarismo social é o extremo oposto do individual, ou seja, o foco deixa de ser o indivíduo isolado da sociedade, e passa a ser o bem comum, ou o que pode ser bom para o maior número de pessoas.

- III) *Ética do direito natural*: A ética do direito natural consiste em afirmar que todo indivíduo possui uma justiça natural e inerente a sua natureza, que levará o indivíduo a saber o que é certo e o que é errado. Seu aspecto positivo descrito por Werner Wiese (2008, p. 47) é que “a existência de normas não depende da opinião pública. Por outro lado, a ética do direito natural tem como aspecto negativo o fato de o

mesmo desconsiderar a seriedade do pecado humano, e também por o fato desta posição se assemelhar ao naturalismo¹ desenfreado.

- IV) *Ética de Situação*: Também conhecida como ‘situacionismo’, a ética da situação, como afirma Wiese, “parte do princípio de que não existem normas éticas estáveis e absolutas para definir o que é certo ou errado. [...]” (2008, p. 49).

Norman Geisler ao citar Joseph Fletcher, o principal proponente do situacionismo, afirma que “há quatro princípios funcionais do situacionismo: o pragmatismo, o relativismo, o positivismo e o personalismo. ” (FLETCHER, 1966 *apud* GEISLER, 2010, p.42). Este mesmo autor, então define a ética de situação como uma ética “com um único absoluto, sob o qual tudo se torna relativo e se direciona para o fim pragmático de fazer o bem às pessoas” (2010, p.43)

1.3 ASPECTOS DA ÉTICA GERAL

Utilizando a divisão proposta por Stanley Grenz e seu livro *A busca da Moral*, pode-se afirmar que a ética possui três aspectos, são os seguintes:

1.3.1 Ética empírica

Este aspecto tem a ver com a observação do processo moral de tomada de decisões com o intuito de descrever ou explicar os fenômenos.

1.3.2 Ética analítica

Este aspecto se ocupa com a análise das ações em geral, é como se ela desmontasse a ética por assim dizer.

1.3.3 Ética normativa

A ética normativa está relacionada ao estabelecimento de padrões ou princípios de vida. Isto quer dizer que sempre que elaboramos algum parecer sobre o que é certo, bom, ou obrigatório, estamos nos ocupando da ética normativa. (GRENZ, 2006). Dos três aspectos

citados, a ética normativa, parece ocupar o lugar principal, e seguindo este raciocínio podemos subdividi-la em ética normativa da ação, e ética normativa do ser.

1.3.3.1 Ética normativa da ação

A ética normativa da ação, é, em muitos casos considerada como o foco principal de muitos eticistas. (GRENZ, 2006). Pois devemos considerar que a tarefa ética se ocupa principalmente em determinar o que podemos ou devemos fazer, sendo esta a ética da ação. Deste modo, Stanley Grenz afirma que “os proponentes de uma ética da ação muitas vezes afiam seus instrumentos de trabalho procurando a solução para problemas éticos difíceis e complicados. Buscam ‘situações limites’, que parecem proporcionar a quem decide nenhum curso de ação eticamente justificável” (2006, p.30).

Nestes tipos de decisões geralmente se fazem dois tipos de abordagens: *deontológicas* e *teleológicas*. A abordagem *deontológica* parte do entendimento que uma ação pode ser inerentemente correta, isto quer dizer que a moralidade de uma ação reside inteiramente na ação – é intrínseca e essencial a ela. Independente de que fim possa levar.

Por outro lado, a segunda abordagem é a *teleológica*, neste caso, ao contrário da abordagem anterior, o que se considera não é a natureza da ação em si, mas as consequências de tais ações. Haja visto que “*telos*” no grego se refere a objetivo ou fim, deste modo temos que “o certo ou o errado numa ação é determinado pelo seu resultado final” (2006, p.37). Para melhor compreensão, observe o quadro abaixo:

Tabela 1

Ética deontológica	Ética teleológica
A regra determina o resultado.	O resultado determina a regra.
A regra é a base do ato.	O resultado é a base do ato.
A regra é boa independente do resultado.	A regra é boa por causa do resultado.
O resultado é sempre calculado dentro das regras.	O resultado algumas vezes pode ser usado para quebrar as regras.

Adaptado do livro “Ética Cristã: Opções e questões contemporâneas”, de Norman Geisler

1.3.3.2 Ética normativa do ser

Para Grenz “a ética do ser preocupa-se com o que devemos ser ou o que devemos preferir. Naturalmente, ela não ignora a conduta, mas coloca-a num plano secundário em relação ao caráter.” (2006, p.45).

1.4 O HOMEM COMO SUJEITO DA ÉTICA

De acordo com Werner Wiese (2008, p.58) “como sujeito, o ser humano é, acima de tudo, o elemento ativo que executa as ações”. Mas, antes de prosseguir, precisamos definir o que é o homem?

Na perspectiva da antropologia teológica, o homem é uma entidade criada a imagem de Deus (WILLIAMS, 2011). Todavia existem outras definições a respeito do que é o homem, mas partindo de outras perspectivas. Na perspectiva biológica o homem é apenas um animal com um sistema nervoso altamente desenvolvido. Na perspectiva psicológica, ainda de acordo com Rodmam Williams (2011, p. 170) o homem é “uma criatura totalmente formada por sua hereditariedade e ambiente, e tudo o que faz é determinado por isso”.

Existe outra definição encontrada no dicionário bíblico Wycliffe onde está a afirmação de que “o homem é a mais elevada das criaturas, além dos anjos. Ele é a consumação da criação de Deus, e recebe o domínio sobre a terra e a incumbência de dominá-la [...] no que se refere à sua alma ou espírito, o homem foi feito de acordo com a sua imagem e semelhança”. (2006, p.147-148).

Portanto, o homem como ser criado por Deus à sua imagem e semelhança, dotado de aspectos materiais e imateriais: corpo, alma e espírito. Assim descrito, o homem é o sujeito da ética da qual falamos, como já foi aventado no início deste capítulo.

1.4.1 A responsabilidade do homem

O lugar de preeminência do homem em relação ao restante da criação leva o homem a ter algumas responsabilidades, que são descritas por Werner Wiese (2008, p. 82):

- a) O homem é responsável pelo meio ambiente: Além de dominar e usufruir do próprio meio ambiente, Deus deu (Gn. 2.15) uma incumbência de cultivar a terra e a guardar, e “transformá-la por meio de sua intervenção criativa [...]” (2008, p.83)

- b) O homem é o responsável para com o semelhante: “Em relação ao seu próximo, nenhum ser humano está para explorá-lo, mas para cuidar dele.” É o que defende Werner Wiese (2008, p.83)
- c) Por fim, o homem tem responsabilidades perante Deus: O homem como criatura de Deus está abaixo dele, mas isso não o impede de se postar diante de Deus, e “apenas nessa posição e postura o ser humano vive na presença de Deus e pode orientar sua vida segundo a vontade de Deus” (2008, p.84).

1.5 ÉTICA CRISTÃ

Até agora estamos falando de ética de maneira geral, ou ética secular, porém daqui para a frente passaremos a tratar apenas da ética cristã, mas antes, precisamos definir ética cristã e diferenciar ética geral/secular de ética cristã.

Como definido anteriormente, a ética é o ramo do estudo que, se ocupa com as questões a respeito das leis morais que regem a conduta humana, principalmente no que se refere a sua vida em sociedade. Temos visto também algumas propostas éticas vigentes (ou não) em nosso tempo: o positivismo, o utilitarismo, a ética do direito natural e ética de situação, ou situacionismo.

E diante de todas estas propostas de ética secular o teólogo luterano Werner Wiese, em seu livro “Ética fundamental” conclui que “os princípios éticos positivista, utilitarista, naturalista, e situacionista, dificilmente fazem jus a vida humana”. (2008, p. 54). E partindo desse pressuposto, surge a necessidade de se apresentar uma nova perspectiva ética, assim, temos a Ética Cristã. Mas o que vem a ser ética cristã?

1.5.1. Definição de ética cristã

Como vimos falando nesta pesquisa, a palavra ‘ética’ está sempre relacionada com a área prática da vida, e também com os costumes dos indivíduos, mas a ética cristã vai muito além disso, pois propõe uma nova abordagem deste assunto. Em seu livro *A origem da Moralidade Cristã* “Wayne Meeks define ética como uma atividade reflexiva”. (1987, p.12)

A ética Cristã não se resume apenas no ser humano em si, pois, segundo Wiese, “o que determina a ética especificamente cristã não são circunstâncias do contexto humano, mas seu alvo maior que é o reino de Deus” (2008, p. 144). Isto quer dizer que a ética cristã tem o reino

de Deus como o seu alvo. O teólogo Norman Geisler parece seguir neste mesmo caminho ao afirmar que a ética cristã se baseia na vontade de Deus. (GEISLER, 2010).

Para Hans Ulrich Reifler, a ética cristã “é o estudo sistemático e prático da vida moral do homem, determinado por seu valor e sua Norma Cristã, como revelada nas Sagradas Escrituras” (2009, p. 17), Deste modo toda reflexão ética tomada a partir da Bíblia pode ser caracterizada como ética cristã. (WIESE, 2008).

Complementando, na tabela seguinte Paulo Wailler da Silva (SILVA, 1987 *apud* REIFLER, 2009, p. 17) nos apresenta mais algumas definições de ética cristã:

Tabela 2

Autor	Definição
J. S. Keyser	“Ciência que trata das origens, princípios e práticas do que é certo e do que é errado à luz das Escrituras Sagradas em adição à luz da razão da natureza”
Georgia Harkness	“Estudo sistemático do modo de viver exemplificado e ensinado por Jesus, aplicado aos múltiplos problemas e decisões da existência humana”
H.H. Barnette	“Explanação sistemática do exemplo e ensinamentos morais de Jesus aplicados à vida total do indivíduo na sociedade e realizados com o auxílio do Espírito Santo. ”
Emil Brunner	“Ciência da conduta humana, determinada pela conduta divina”

Adaptado do livro: A ética dos dez mandamentos de Hans Ulrich Reifler

Portanto, considerando todas estas definições, a ética cristã tem sua base nas Escrituras Sagradas, e desta forma, segundo Hans Ulrich, nela (na Bíblia) se busca “auxílio, diretrizes, e orientação para nossas decisões, seja elas morais ou práticas” (2009, p. 17).

1.5.2 Diferenças entre ética secular e ética cristã

O quadro seguinte nos dará uma noção geral das principais diferenças entre ética geral e ética cristã.

Tabela 3

Ética Secular	Ética Cristã
Ciência de costumes e hábitos	Revelação da vontade divina
Descritiva	Normativa
Relativa	Absoluta
Imanente	Transcendente
Situacionista	Direcionista
Subjetiva	Objetiva
Mutável	Imutável

**Fonte: A Ética dos Dez Mandamentos*

1.5.3 Razões para a ética cristã

Nesta parte da pesquisa indicaremos quais as razões e justificativas da ética cristã. Segundo Hans Ulrich Reifler (REIFLER, 2009) as principais são as seguintes: razão antropológica, razão sociológica, razão teológica, e por último a razão individual.

- a) *Razão Antropológica*: parte do pressuposto de que a ética faz parte das experiências da vida humana. Independente do lugar, da etnia, cultura, os seres humanos sempre fazem distinção entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Por isso Hans Ulrich afirma que “o homem mais primitivo, tal como o mais civilizado julga suas decisões” (2009, p.24)
- b) *Razão Sociológica*: A razão sociológica surge da necessidade que toda sociedade tem de estrutura e ordem, para não sucumbir diante de um relativismo ético/moral.
- c) *Razão Teológica*: O princípio da razão teológica para a ética cristã é o fato do homem ter consciência do bem e do mal, o que está implícito na lei da criação, ao que remete também a *imago dei*.
- d) *Razão Individual e Natural*: De acordo com Hans Ulrich “todo indivíduo é sensível, tem sentimentos pessoais, tem consciência daquilo que considera certo. Essa consciência de uma justiça geral é comum em todas as culturas do mundo.” (2009, p.25)

1.5.4 Fontes da ética cristã

Hans Ulrich define ética cristã da seguinte maneira: “Ética Cristã é o Estudo sistemático e prático da vida moral do homem determinado por seu valor e sua norma cristã, *como revelado nas Sagradas Escrituras*” (2009, p.17). Desta definição podemos inferir que o que determina a vida moral do homem está contido na revelação de Deus para seu povo, as Sagradas Escrituras.

Do mesmo modo, podemos afirmar, por assim dizer, que as Escrituras Sagradas se tornam a fonte da ética cristã. Para Stanley Grenz “essa descrição é apropriada no sentido de que reconhecemos a Bíblia com incorporação da redenção divina e por isso sempre buscamos as Escrituras a fim de obter orientações” (2006, p.282).

Por outro lado, existe de certa forma uma divergência entre os eticistas cristãos a respeito do papel que a revelação ocupa na orientação do viver ético, e também a respeito da união do Espírito com a palavra. (GRENZ, p.283). Isto, como podemos perceber, gera um problema, diante do qual surgem duas abordagens principais a respeito de como encontramos de fato a fonte da ética cristã.

A primeira abordagem é a *Heteronomia*: A revelação baseada na palavra. Esta abordagem se refere ao fato de fundamentar a vida prática na Bíblia sagrada, sem considerar outras fontes. “Desse entendimento das Escrituras, decorre um método ético aparentemente óbvio. A tarefa do eticista cristão é sintetizar as várias exortações reveladas na Bíblia para ordenação das ações humanas. ” (2006, p.284)

Porém existem algumas deficiências nesta abordagem, como critica Stanley Grenz, ele afirma que, ou a ética heterônoma limita o Espírito vivificante, ou se torna um depósito de leis, ou até pode subordinar o Espírito a nossa capacidade de discernimento. (GRENZ, p.288)

A segunda abordagem é a *Autonomia*: Se refere à revelação presente no interior do homem, que apresenta uma visão absolutamente diferente a que acabamos de ver, pois atribui ao Espírito lugar de centralidade, em vez de exclusivamente a Escritura. “No âmago da proposta autônoma, está a exaltação do agente moral individual e a rejeição a todas as reivindicações de uma autoridade moral externa ao eu. ” (2006, p.288). Esta posição encontra guarida no fato de que o Espírito de Cristo habita no interior do coração do cristão, assim, compreendida dessa maneira se torna quase que natural e flui como se fosse inerente a pessoa do homem. Com isso,

“Vista dessa perspectiva, a abordagem autônoma parece ter grande potencial, dando-nos a sensação de que podemos confiar nos conselhos que ouvimos dentro de nós, acreditando que eles provêm do Espírito que habita em nós ou de nosso espírito

purificado de acordo com a imagem divina. Está aqui, porém, o calcanhar de Aquiles dessa abordagem. A Autonomia não leva em conta o mau impulso que continua presente no indivíduo regenerado. (GRENZ, 2006, p.292)

Ao analisar estas duas abordagens Stanley Grenz conclui da seguinte maneira: “chegamos a compreensão que ambas apresentam problemas, ao passo que os heteronomistas confunde o Espírito com a Palavra, e os autonomistas rejeitam a exatidão da revelação descrita nas escrituras ao focar somente o espírito que habita em nós.” (2006, p. 292).

Entre esses dois extremos citados agora a pouco, parece surgir uma opção ética mais coerente. Esta é a abordagem *Teônoma*, que abrange a vida cristã, e por assim dizer a vida em relacionamento com Deus, desta forma a abordagem *teônoma* começa com seres humanos em relacionamento com Deus. Ela nos vê acima de tudo como pessoas que vivem perante o criador, e com quem Ele escolheu fazer uma aliança. (2006, p.293).

O contexto da abordagem *teônoma* é o ser humano em relacionamentos. E seu enfoque principal são os relacionamentos, e nestes relacionamentos pode-se entender as Escrituras como meio de se compreender a revelação de Deus, e o Espírito Santo como potencializador desta relação na prática.

1.6 ÉTICA NA BÍBLIA

Como já foi dito anteriormente a base da ética cristã são as Escrituras Sagradas revelada por Deus, isso porquê todo ensinamento ético contido na Bíblia aponta para Cristo.

1.6.1 Ética no Antigo Testamento

Apesar de não haver nas páginas do Antigo Testamento nenhum conceito que se assemelhe a ética, temos que considerar o fato de que o AT narra a história do povo hebreu em seu relacionamento com Deus, e este relacionamento era baseado na aliança existente entre o próprio Deus e seu povo escolhido.

Assim, a existência desta aliança era o pano de fundo para a ética desse povo, como bem garante Stanley Grenz (2006, p.112) “não surpreende, portanto, que o entendimento de que eles eram um povo em aliança com Deus fornecesse o fundamento para as reflexões éticas entre os antigos hebreus”.

Esta ideia se torna ainda mais clara ao se considerar que a conduta deste povo era o reflexo dessa condição especial, pois, como defende Stanley Grenz, o fato deste povo

“Ser parceiro de Deus na santa aliança não permitia nenhuma bifurcação entre a adoração no templo e a vida cotidiana. Ser recebido pelo Senhor no sábado exigia uma atitude correta para com Deus, bem como uma conduta apropriada durante a semana. Envolveria não apenas o coração puro, mas também mãos puras; não apenas a rejeição à idolatria, mas também atitudes de lealdade”. (2006, p.113).

Além do mais, este mesmo autor afirma que “manter aliança com Deus exigia que Israel fosse uma comunidade santa, um povo ciente de que essa condição deveria traduzir-se em conduta apropriada para com os outros.” (2006, p. 113).

Neste caso a aliança com Deus tinha influência em todas as áreas da vida do povo hebreu, ou seja, o “*ethos*” deste povo era moldado pelo fato de serem o povo da aliança. Werner Wiese ao falar sobre esta aliança afirma que a mesma tem “caráter de compromisso: Deus se “compromete” com Israel e Deus “compromete” a Israel, i.é, Israel de sua parte, “assume” o compromisso para com Deus que o elegeu. Os aliados assumem, reciprocamente, seus respectivos compromissos! Essa reciprocidade transparece na própria estrutura da aliança” (2008, p.118).

Seguindo essa mesma linha, e corroborando com o alvo que queremos alcançar neste tópico, o autor Christofer Whight afirma que “A ética do Antigo Testamento se baseia naquilo que Israel compreendia ser como um povo, no seu relacionamento com Deus [...]” (1983, p.20).

Portanto, com base nestas afirmações podemos afirmar que a ética no Antigo Testamento se baseia no fato de Israel ser um povo em relacionamento com Deus, e este relacionamento se baseia na aliança existente entre o povo hebreu e seu Deus.

1.6.2 Ética no Novo Testamento

Se o assunto principal do Antigo Testamento é o povo de Israel em aliança com o seu Deus, no Novo temos a pessoa de Cristo, o messias prometido no Antigo Testamento, e procedente daquele mesmo povo, e que cumpriria a promessa de redenção efetuada e iniciada no AT, mas que foi levada a efeito no Novo Testamento.

Diante disso, Stanley Grenz assegura que “o relato da vida, morte, ressurreição e exaltação de Jesus ocupa o centro da Bíblia, (assim) este relato é o âmago da ética bíblica” (2006, p.121). E além disso Cristo apresentou sua própria vida como base da ética Cristã, como

veremos adiante. Além disso, para chegarmos a uma melhor compreensão a respeito dos ensinamentos de Jesus referentes a ética precisamos também entender a natureza das intermináveis discordâncias entre Cristo e os líderes religiosos de sua época.

Tais disputas não se referiam ao fato de Cristo usar uma base diferente e antagônica a deles para seus ensinamentos éticos, antes, Jesus também se valia da lei (*Torah*) em seus ensinamentos, como menciona Werner Wiese no livro já citado

“Os relatos do evangelho (=Mateus até João) registram uma série de conflitos entre Jesus e líderes religiosos de Israel, sejam eles escribas, saduceus, sacerdotes, fariseus ou todos juntos (Mc. 2.5-8;2.16-17 etc.) À primeira vista, parece que grande parte desses conflitos se deve ao fato de Jesus não ter dado a mesma importância à lei que a liderança religiosa de Israel tinha dado a ela. Até parece que Jesus se opôs conscientemente à lei. Fato é que Jesus contrariava escribas e fariseus. Entretanto, não os contrariava por causa da lei como tal, mas por causa da maneira como estes a entendiam ou interpretavam e usavam. Aqui sim, havia controvérsias entre Jesus e os líderes religiosos de Israel. (2008, p.128).

Consequentemente, a questão era a interpretação, pois de modo nenhum Jesus descumpriu a lei, antes, a cumpriu “Não penseis que vim abolir a lei ou os profetas; não vim abolir, mas cumprir. ” (Mt. 5.17), Cristo, tão somente interpretou a lei de uma perspectiva diferente da que era usualmente feita pelos líderes religiosos da sua época. C.H. Dodd admite esta ideia ao afirmar que

“O ensino da lei por Jesus envolve um apelo à obediência radical. Em Mt. 5-7 Jesus não expõe uma nova lei. O sermão do monte não é um *deuteronomium*, não é mera repetição do ensino do AT. A lei mosaica permanece totalmente no “texto” de Jesus; mas sua exposição é inédita, decisiva e conclusiva”. (DODD, 1968 *apud* FEINBERG, 2013, p.231)

Ao interpretar a lei “Jesus preocupava-se principalmente com o caráter, a motivação e o coração” (2006, p.123). O que pode ser compreendido na parábola do fariseu e o publicano que subiram juntos ao templo para orar, mas o caráter a motivação e o coração daquele fariseu, de acordo com o que Jesus fala, não foi justificado, mas o publicano o foi.

Por isso, “não surpreende que Jesus muitas vezes tenha lamentado que as ações aparentemente impecáveis dos fariseus e escribas escondiam um coração frio, duro e ardilosamente mau.” (2006, p.124). E deste modo a ética de Jesus vai além do que atitudes práticas corretas, mas sem significado, ela se baseia na motivação, no caráter e no coração.

Por outro lado, devemos considerar a afirmação de George Eldon Ladd em sua *Teologia do Novo Testamento* ao considerar que na atitude de Jesus em relação a Lei “é possível também observar tanto elementos de continuidade como de descontinuidade. ” (2003, p.168). E isto é muito importante de ser avaliado neste momento, pois, quando Jesus obedeceu à Lei de Moisés,

e a considerava palavra de Deus ele afirmava a validade da lei, e isto de certo modo é continuidade.

Entretanto, quando o mesmo Cristo se apresenta como mediador entre Deus e o homem, em substituição a Lei de Moisés, ele inaugura uma nova era no relacionamento entre Deus e o homem, este, agora mediado não mais pela lei, e sim pelo próprio Cristo, e neste caso, esta é uma atitude de descontinuidade. (LADD, p.168-169).

1.6.2.1 Ética do reino

Seguindo o raciocínio esboçado no tópico anterior, entendemos que Cristo rechaçou a proposta ética dos líderes religiosos de sua época, mas colocou uma nova proposta ética em seu lugar, a ética do reino, pois o enfoque principal dos ensinamentos de Cristo é o reino de Deus, desta forma a ética de Jesus é a ética do reino. Sobre ética do reino devemos compreender que seu princípio central é “o amor sincero a Deus e ao próximo. Os cidadãos do reino são aqueles que amam a Deus de coração e amam aos outros como a si mesmos.” (2006, p.126).

Seguindo o mesmo parâmetro de Jesus, nos ensinamentos do apóstolo Paulo pode-se perceber um novo esquema no que se refere a questão da ética. E de acordo com o método seguido por Stanley Grenz, em primeiro lugar ele nos apresenta a Salvação como a base da vida moral, isto significa que a conduta de cada membro da igreja primitiva se baseava na consciência de terem sido salvos por Deus, e que Ele agira em favor do seu povo.

Na teologia do apóstolo Paulo, e no que se refere às questões éticas ele nos apresenta a semelhança com Cristo como o objetivo da vida moral. Além disso, Jesus Cristo é o modelo e objetivo a ser alcançado com a vida moral, de modo que o cerne da vida moral proposta por Paulo, é a imitação de Jesus. “A semelhança de Cristo implica também a apresentação do caráter de Cristo” é o que assevera Stanley Grenz (2006, p.136). Por isso Paulo orienta seus ouvintes a cultivarem o ‘fruto do Espírito’, pois todos os seus aspectos remetem ao caráter de Cristo. Neste sentido William Barclay ao escrever sobre o fruto do ‘Espírito’ afirma o seguinte:

O alvo necessário de todos os escritores sobre ética da vida virtuosa é pintar em palavras o retrato do homem bom. Em outras palavras: a tarefa contínua do mestre da ética é expor os vários ingredientes na receita da bondade. É isto que Paulo faz em Gálatas 5.22,23 quando alista as grandes qualidades do fruto do Espírito – amor, alegria, paz, longanimidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio. (2000, p.60)

Em consequência disso o Espírito Santo é o agente da vida moral, ou seja, pelo fato do homem está morto em seus delitos e pecados (Ef.2.11), não existe possibilidade do mesmo levar a efeito uma vida moralmente aceita, e nem há como levar a efeito uma vida baseada na ética cristã. Portanto o Espírito Santo preenche esta lacuna na vida do homem regenerado, pois só através da ação santificadora do Espírito Santo é possível cumprir a ética cristã. Concluindo, “ética cristã implica em vida no Espírito.” (2006, p. 143).

1.7 A IMPORTÂNCIA DA LEI REVELADA POR DEUS PARA A ÉTICA CRISTÃ

A revelação especial de Deus ao seu povo descrita nas Escrituras é a base da ética cristã. E não apenas a base, é também sua fonte. De maneira que não podemos negar que a lei dada por Deus aos hebreus no Sinai, é parte crucial desta revelação, e por assim dizer, é substancialmente importante quando se fala de ética cristã.

1.7.1 Definição de lei

Na língua hebraica a palavra Lei significa *Toráh*, e significa: apontar, guiar, instruir, ensinar”, basicamente tem a ideia de instrução. Agora na língua grega lei é traduzida por *nomos*, que tem a ideia de “hábito estabelecido”.

Etimologicamente *Toráh* está ligada a “*yaráh*”, que vem a significar ‘lançar para’, ‘atirar’. (WIESE, p. 113). *Toráh* também pode vir a significar “instrução para a vida” ou “instruir no caminho a ser seguido”. Também pode se apresentar de diversos aspectos, significando, dependendo do contexto. Pode se referir a um mandamento isolado dos outros. Pode representar uma lei, ou a totalidade das leis. E em muitos o termo lei chega a representar todo o AT.

1.7.2 A lei no Antigo Testamento

O conteúdo da lei mosaica abrange quase todos os aspectos da vida em Israel, haja visto que a base da vida deste povo era a aliança existente entre ele e seu Deus, e o respectivo relacionamento subjacente. Para Wiese (2008, p.115), “a importância da lei (*toráh*) no AT dificilmente poderá ser sobrestimada”. Principalmente por causa do enfoque e direções do conteúdo que a lei aponta.

Em primeiro lugar, “o decálogo compõe a base e destaca o núcleo da lei do Antigo Testamento. A *Toráh* (Também) deve ser entendida como a revelação da vontade de Deus a Israel” (2008, p.117). Consequentemente, pode se afirmar que esta aliança firmada entre Deus e Israel no Sinai é considerada o marco principal da revelação de Deus a Israel, sendo que naquele contexto “*histórico-libertador*”, tomando emprestado o termo utilizado por Werner Wiese é que situa a “aliança de Deus com Israel e que se “materializa” na *toráh*, de modo específico no Decálogo – os Dez mandamentos. ” (2008, p.117)

Também nos profetas é possível perceber uma linguagem ética bem intensa, de modo que estes discursos éticos tinham suas bases na *toráh*. Consequentemente, de acordo com Wiese “a *torah* era a base das normas éticas na voz profética” (2008, p.123)

1.7.3 A lei no Novo Testamento

Ao considerar o papel da lei no Novo Testamento farei apenas uma análise sobre a relação que os dois personagens mais relevantes no Novo Testamento, no que se refere a relação com a Lei – Cristo e Paulo.

A princípio, é possível perceber que Jesus não militou contra a lei em si, como já foi afirmado anteriormente. Apenas deu uma nova interpretação à Lei, conferindo-a mais validade e peso. E talvez por isso o mestre teve vários embates teológicos, poderíamos dizer, com os líderes religiosos de sua época. Desta forma Jesus confirmou a lei (Mt. 5.17-20), reinterpretou a Lei (Mc. 12.28-34), e por fim cumpriu a lei (Mt. 3.15).

Posteriormente, em Paulo podemos perceber uma atitude perante a lei semelhante a que Jesus teve. Porquanto a base das exortações do apóstolo era o próprio Decálogo (Rm. 13.9,10). (WIESE, p.129). Paulo, com base no evangelho faz distinção entre a Lei (*toráh*), e os mandamentos advindos da tradição oral judaica, que de modo nenhum poderia conduzir alguém ao caminho da salvação, enquanto que a Lei em si não salvava, mas apontava para Cristo (Gl. 3.24).

Portanto, como conclui Werner Wiese “para uma ética teocêntrica com valores históricos-teológicos, a Lei revelada por Deus e sintetizada nos Dez Mandamentos é fundamental e indispensável.” (2008, p.138). Uma vez que os mandamentos são a expressão do que é bom para todos, onde o mesmo baliza o relacionamento do homem com Deus, e com o

próximo, expressando deste modo a vontade de Deus para tais relacionamentos. (WIESE, 2008).

Os dez mandamentos, de certa forma, também são a moldura externa da ética cristã. A moldura é o que sustenta o retrato ou o quadro por ela suportada, e da mesma forma os dez mandamentos são o sustentáculo da ética cristã (REIFLER, 2009). Em seu livro “*A Ética dos Dez Mandamentos*” Hans Ulrich Reifler autentica essa afirmação ao dizer que

O decálogo é a moldura, não o retrato final. A moldura em si é vazia, mas ela firma o retrato que carrega. Usando outra ilustração, podemos dizer que o decálogo é o *alicerce*. O alicerce em si não tem valor muito valor prático, mas serve como base sobre a qual em edifício pode ser construído. (2009, p.42)

Agora, considerando todas estas ênfases favoráveis ao argumento de que o decálogo pode ser considerado a essência da ética cristã não restam dúvidas de que toda reflexão ética tomada a partir da Bíblia tem como base o decálogo, que forma o coração da Lei do Sinai.

Contudo, algumas considerações últimas são ainda necessárias, a fim de corroborar com este ponto de vista do qual temos falado. Em primeiro lugar, o testemunho das Escrituras aponta para este sentido, pois, com base no argumento de Hans Ulrich (2009, p.40), tanto no Antigo Testamento quanto no Novo Testamento, o enfoque principal no que se refere a ética, (o conceito, não a palavra ética em si) é o conteúdo do decálogo.

O próprio Cristo baseou seu discurso ético no decálogo ao reinterpretá-lo e cumpri-lo. Porquanto compreendemos que ele relaciona seu ensino ético com a lei mosaica. (REIFLER, 2009). E em Paulo temos a continuação do entendimento de Cristo em relação ao decálogo, chegando a afirmar que Cristo é o cumprimento da Lei (Rm. 10.4).

Na reforma protestante a lei moral de Deus também não foi abandonada, pois, “em suas reflexões éticas, os reformadores sempre partiram dos princípios do decálogo antes de percorrer o restante das Escrituras.” (2009, p.43). Assim sendo, para os reformadores

“a ética bíblica é apenas uma exposição da lei de Deus. A lei é perfeita e absoluta. Essa é a opinião de Calvino e das confissões reformadas. Por isso, qualquer reflexão ética parte do decálogo. Os postulados éticos não podem contradizê-lo; e ele (o decálogo) é o conteúdo principal da ética cristã. (CALVINO, 1559 *apud* REIFLER, 2009, p.44).

Portanto, diante destas afirmações, podemos concluir que o decálogo serve de base para a ética cristã.

2. O DECÁLOGO COMO BASE DA ÉTICA CRISTÃ

2.1 ORIGEM DO TERMO DECÁLOGO

Decálogo é o termo usado para se referir aos dez mandamentos. Sua origem vem da língua grega, de um vocábulo que significa literalmente “*dez palavras*”. Esta designação teve origem nos pais da igreja, que se referiam aos dez mandamentos como *dekalogos*. Assim, doravante, vou me referir aos dez mandamentos como decálogo.

2.2 A IMPORTÂNCIA E VALIDADE DO DECÁLOGO PARA A ÉTICA CRISTÃ

No capítulo anterior chegamos à conclusão que o decálogo é a base da ética cristã. Portanto, partindo desse pressuposto, iremos reafirmar a validade e importância do decálogo para a ética cristã nos dias atuais. Em primeiro lugar, podemos afirmar que apesar de o decálogo ter sido dado a um povo que vivia em um contexto totalmente diferente do nosso, ele é válido para nós hoje como cristãos, pois nós não somos o povo de Israel no sentido físico, mas o somos em sentido espiritual, atuando como componentes da nova aliança descrita no novo testamento (REIFLER, 2009).

Deste modo, afirma Hans Ulrich, “como crentes em Cristo somos descendentes do povo unificado de Deus como descrito em efésios 2.11,12. ” (2009, p.40). Somos o povo escolhido de Deus, e por isso o decálogo tem validade para nós, de maneira que o decálogo é válido para todos os crentes em Cristo, em todas as eras. (REIFLER, 2009).

O decálogo tem sua importância no fato de que é a expressão clara do bem, independente de qual época. Temos no decálogo a representação do caráter de Deus, sendo Ele um Deus imutável, seu caráter também o é, assim, a importância do decálogo continua sendo grande, mesmo para os cristãos contemporâneos. Ao passo que o propósito da aliança é possibilitar um novo relacionamento entre Deus e o homem, o propósito do decálogo, segundo assegura Victor P. Hamilton é “regular e perpetuar um relacionamento existente através de uma ordenação”. (2006, p.216).

2.2.1 O preâmbulo ao decálogo

O pacto da aliança firmado entre Deus e o povo de Israel é o marco central da história deste povo. Mas antes de descrever o pacto em si, o próprio Deus faz um preâmbulo com

intenção de expressar sua soberania e seu domínio sobre o povo. A expressão: “Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirou da terra do Egito, da casa de escravidão” (Êx. 20.2) representa uma clara manifestação da maneira de Deus agir, pois, em primeiro lugar Ele liberta, depois salva, e por fim vemos as exigências. De maneira que, como afirma Hans Ulrich Reifler,

Nosso amor é a resposta de gratidão ao amor divino. Guardar os mandamentos é a resposta à ação divina. Deus ama primeiro, nós amamos depois. Ele se compromete antes de exigir que Seu povo se comprometa com Ele. Dá o exemplo antes de exigir um exemplo. (2009, p.52)

Para Alan Pallister, estas primeiras palavras, o preâmbulo, “são de fundamental importância, nelas Deus afirma sua identidade e seus atos, com a intenção de sensibilizar o povo a evocar nele uma resposta de gratidão.” (2005, p.29). Este mesmo autor ao comentar esta introdução afirma que o termo “Eu Sou” também pode vir a significar “Eu Estou”, pois não existe no hebraico dois termos para simbolizarem “ser e estar” como no português. Dessa maneira Ele afirma simultaneamente sua existência e sua presença. (PALLISTER, 2005).

2.3 A DESCRIÇÃO DO DECÁLOGO

Nessa parte da pesquisa faremos apenas uma descrição de cada um dos dez mandamentos, descrevendo a ênfase contida em cada uma dessas sentenças, de acordo com os autores pesquisados. Desse modo não me proponho a fazer uma exposição de cada um dos mandamentos, apenas uma descrição.

2.3.1 -1º Mandamento: reconhecer e honrar o único e verdadeiro Deus

“Não terás outros deuses além de mim” (Êx.20.3)

Este mandamento diz respeito ao objeto da nossa adoração, somente a Deus. Isto revela em primeiro lugar a existência de um Deus, que se revelou, sendo este fato fundamental para a ética Cristã, pois, segundo Hans Ulrich

“É impossível fazer uma ética cristã autêntica sem conhecê-lo. Portanto, o início da ética cristã consiste em conhecer a Deus e Sua vontade como revelados nas Sagradas Escrituras, procurando entender aquilo que Ele é. Quem é Deus e o que Ele exige do homem em termos morais: essas são as questões fundamentais de qualquer ética verdadeiramente Cristã.” (2009, p.59).

Portanto, o que Deus solicita neste mandamento é uma inteira devoção de nossas vidas à Ele. Pois considerando o contexto do qual o povo hebreu acabara de ser liberto, é totalmente compreensível que o Senhor comece sua descrição por este mandamento.

Vale lembrar que a religião egípcia era politeísta, e o povo estava a mais de quatrocentos anos vivendo nesse meio idólatra, e talvez muitos israelitas ainda estivessem com seus corações voltados para as divindades egípcias que haviam sido deixadas para trás. Assim, com esta fórmula o Senhor está proibindo toda e qualquer forma de idolatria (REIFLER, 2009), bem como o politeísmo egípcio. Tudo isso com o intuito de enfatizar a “exclusividade e a singularidade” de Deus.

Nessa mesma linha, o comentarista bíblico Matthew Henry afirma que

“O pecado contra este mandamento, ao qual nós mais nos arriscamos, é o de dar a qualquer criatura a glória e a honra que são devidas somente a Deus. O orgulho cria um deus do ego, a cobiça cria um deus do dinheiro, a sensualidade cria um deus do ventre. Seja o que for que estimarmos e amarmos, temermos ou servirmos, em que nos deleitarmos ou de que dependermos mais do que a Deus ou de Deus (seja o que for), disto nós faremos, na verdade, um deus. Esta proibição inclui um preceito que é o fundamento de toda lei: que tenhamos ao Senhor como o nosso Deus, que reconheçamos que Ele é Deus, que o aceitemos como nosso, que o adoremos com admiração e humilde reverência, e que dediquemos nossos afetos integralmente a Ele. (2010, p.292).

Outro comentarista bíblico Warren Wiersbe realça que a expressão ‘diante de mim’ pode significar também ‘em oposição a mim’. Isto significa que qualquer ato de idolatria por parte dos israelitas era o mesmo que declarar guerra ao Senhor Jeová, atraindo sobre si a ira de Deus. (WIERSBE, 2006).

É importante salientar também a proximidade que existe entre as uniões ilícitas e o descumprimento deste mandamento. No texto que segue “*não tomes para teus filhos mulheres entre as filhas deles, para que, quando elas se prostituírem com os deuses deles, não levem também seus filhos a se prostituir com esses deuses.*” (Êx.34.16) temos a descrição da relação entre casamentos mistos e a idolatria (prostituição espiritual).

Diante disso Hans Ulrich assevera que “o casamento com um parceiro pagão leva-nos a quebrar, mais cedo ou mais tarde, o primeiro mandamento.” (2009, p.61). Um exemplo claro disso foi o que ocorreu com Salomão como resultado de seus muitos casamentos mistos,

terminou por violar este mandamento como descrito em I Rs.11, e não resta dúvida que tais casamentos o levaram a esse fim.

No Novo Testamento temos o apóstolo Paulo advertindo os irmãos coríntios a respeito do jugo desigual (2 Co. 6.14; I Co. 7.39), que parece ser o equivalente neotestamentário desse conceito, deixando claro a impossibilidade de chegar a existir comunhão entre trevas e luz. Isso indica que o apóstolo tinha ciência do perigo existente nesse tipo de relação.

Até agora estamos considerando apenas o aspecto negativo deste mandamento, indicando aquilo que não se deve fazer. Mas por inferência, a seguinte negação: “*Não terás outros deuses além de mim*”, leva-nos a agir positivamente das seguintes formas:

- a) Confiando na suficiência de Deus: Isto quer dizer que não necessitamos de deuses, pois podemos confiar na suficiência do nosso Deus.
- b) Sendo fiéis a Deus: Se formos fiéis ao Senhor estaremos cumprindo o primeiro mandamento positivamente.
- c) Sendo zeloso pelo Senhor: o ser humano zela por aquilo que reverencia, quando amamos ao Senhor e zelamos por Ele, também cumprimos o primeiro mandamento.
- d) Mantendo a comunhão com Deus: ao apegar-se às palavras de Deus, ao orar, e observar a palavra do Senhor.
- e) Santificando o nome de Deus, esperando no seu Reino e fazendo sua vontade, são maneiras de cumprir positivamente o primeiro mandamento. Sendo estes princípios enfatizados na conhecida ‘oração dominical’. E por fim:
- f) Vivendo para Cristo: Hans Ulrich conclui que “o viver para Cristo é o âmago da ética Cristã. Deus deseja que vivamos para Ele. Que sublime privilégio, reponsabilidade e tarefa! Quem deseja viver conscientemente para Cristo não quer outros deuses; [...]” em vez disso, continua, “apega-se e refugia-se em Jesus, e tão somente Nele, mesmo nos dias adversos, angustiosos e difíceis. (2009, p.70).

Viver para Cristo significa amá-lo sobre todas as coisas, adorá-lo em espírito e em verdade!

Por fim, podemos afirmar que a ênfase do primeiro mandamento é a exclusividade e a singularidade de Deus. Também é uma advertência contra a idolatria, da qual trata o próximo mandamento, e que veremos em seguida.

2.3.2 – 2º Mandamento: adorando somente ao Senhor

“Não farás para ti imagem esculpida, nem figura alguma do que há em cima no céu, nem embaixo da terra”. (Êx. 20.4)

O primeiro mandamento versa sobre a exclusividade e singularidade de Deus, já o segundo trata da incomparabilidade de Deus. Este mandamento se refere à maneira pela qual concebemos Deus, e principalmente é um chamado à adoração sincera em oposição à idolatria. Sendo que, de acordo a descrição encontrada no Dicionário de Ética Cristã organizado por Carl Henry (2007, p.340) idolatria “é a adoração ou culto à honra de um deus falso representado por qualquer imagem à qual se atribua a presença da deidade”.

A Igreja Católica Romana e as igrejas luteranas seguem uma divisão diferente do decálogo, neste caso elas não separam este mandamento do primeiro, assim, nestas tradições o primeiro mandamento é descrito deste modo na sua forma simplificada: *“Não terás outros deuses e não farás imagens”*. Este fato é de certa forma compreensível se considerarmos a proximidade que existe entre a exclusividade de Deus e sua incomparabilidade, veremos que, uma compreensão correta sobre Deus nos levará a prestar-lhe uma adoração correta.

Hans Ulrich ao comentar este mandamento é enfático ao afirmar e expor a diferença abismal entre Deus e os ídolos:

Ao confrontarmos o Senhor com os ídolos, percebemos que Deus é invisível, mas as imagens são visíveis. Através do visível, o homem busca segurança: todos nós sabemos que psicologicamente é muito mais fácil dominar o visível do que o invisível. Um deus visível pode ser alterado, modificado, manipulado; e o homem que cria uma imagem mais cedo ou mais tarde vai abandoná-la. (2009, p. 77).

E confirmando este ponto de vista o autor Victor P. Hamilton afirma que “ter acesso a imagem de deus sugere, de certa forma, que tal deus pode ser controlado e manipulado.” (2006, p.221).

No Antigo Testamento assistimos como Arão foi reprovado por fazer o bezerro de ouro e adorá-lo como se fosse deus, de maneira que a reação de Moisés, que foi autorizada por Deus, foi de completa repulsa ao ver o povo adorando aquela imagem. (Êx.32.23,24). J.I. Packer afirma que “as imagens desonram Deus, obscurecendo sua glória” (PACKER *apud* PALLISTER, 2005, p.55).

Ainda no Antigo Testamento o profeta Ezequiel nos traz uma nova dimensão deste assunto, ao se referir aos ídolos do coração (Ez. 14.1-11). Tais ídolos não são imagens físicas, mas espirituais, ligadas ao coração, que são tão prejudiciais quanto os ídolos visíveis. (REIFLER, 2009).

No Novo Testamento o fato de aceitar a Jesus significava deixar os ídolos. (I Ts. 1.9). De acordo com Alan Pallister, para o apóstolo Paulo “uma genuína conversão, é uma transformação mediante a qual a pessoa retira sua atenção de todo tipo de imagem ou ídolo e ao mesmo tempo, se torna semelhante a imagem de Cristo (2 Co.3.18).” (2005, p. 59). Nesta mesma perspectiva o apóstolo João também exorta os crentes da seguinte forma: “*filhinhos, guardai-vos dos ídolos*”. (I Jo. 5:21).

O autor Hans Ulrich (2009, p.79) resume os motivos atuais pelos quais devemos guardar este mandamento em cinco sentenças:

- 1) *Não precisamos de nenhuma imagem ou projeção de Deus.*
- 2) *Deus se revela por meio da fiel pregação de sua palavra.*
- 3) *Através do Espírito Santo, Deus Se aproxima de nós de maneira que podemos nos comunicar com Ele.*
- 4) *Deixar os ídolos e converter-se.*
- 5) *Purificação e santificação de nossa pessoa, mente, espírito, alma, atitudes e projeções em relação ao Deus vivo e verdadeiro é o caminho prático e devocional para cumprir o segundo mandamento.*

2.3.3 – 3º Mandamento: o testemunho da santidade de Deus

“Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão”. (Êx. 20.4a)

Este mandamento se refere a qualquer uso do nome de Deus de maneira imprudente. (HOFF, 1997). Isto reflete na maneira de como adorar a Deus, e invocar o Seu nome santo, que deve ser de maneira reverente e com seriedade.

De acordo com Alan Pallister “a expressão hebraica ‘*Iashshaw*’, usada nesse mandamento, significa ‘em vão’, ‘para nada’ ou ‘sem nenhum propósito’; a palavra *shaw*, na

qual está baseada, significa ‘nada’ ou ‘o vazio’”. (2005, p.68). Portanto, partindo desta definição já podemos ter em mente a ideia a que se remete esta palavra: “sem propósito”.

Esta proibição também remete a situação de alguém que faz algum juramento diante de Deus, e depois vir deixar de cumprir, nesse caso o tal homem usou o nome de Deus em vão, por nada e sem propósito. Assim sendo, a ênfase deste mandamento é a santidade do nome do próprio Deus.

Por esse motivo temos na oração dominical ensinada por Cristo uma clássica afirmação a respeito do aspecto positivo inerente a este mandamento: “*santificado seja o teu nome*” (Mt. 6.19). Esta santificação não se refere literalmente ao Senhor, porque Ele já é Santo e não pode aumentar a Sua santidade, mas sim nossa atitude diante do nome do Senhor.

Deste modo, podemos concluir que tomar o nome de Deus em vão equivale a usá-lo de forma leviana (PALLISTER, 2005). Outra dimensão deste mandamento se refere a usar o nome do Senhor em vão e fazer falsos juramentos e falsas promessas utilizando como reforço de autoridade o nome do Senhor. Não significa que o filho de Deus seja proibido de invocar Seu nome. Mas quando o fizer faça de maneira honrosa e sincera, com vistas a santificar o nome do Senhor.

“A pior blasfêmia não é o sacrilégio, mas as palavras falsas” (TRUEBLOOD, 1972 *apud* HAMILTON, 2006, p.221).

2.3.4 – 4º Mandamento: o senhorio de Deus sobre o tempo; trabalho e descanso

“*Lembra do dia de sábado, para o santificar*” (Êx. 20.8).

“A palavra sábado vem do vocábulo hebraico *sabbat* que literalmente significa descansar, folgar, feriar, respirar, cessar, desistir, parar.” (2009, p.88). Deste modo o “sábado” não tem tanto a ver com um dia da semana especificamente, mas com descanso. (REIFLER, 2009). O que faz a diferença não é guardar o sétimo dia no sábado, ou no domingo, o importante é santificá-lo como o dia que fomos libertos pelo Senhor, voltando se a ele.

Entretanto, devemos considerar que o Senhor ordenou ao homem o trabalho (Gn. 2.15), mas por consequência da queda o trabalho passou a ser um fardo pesado, fonte de dor e sofrimento. Em consequência disso o Senhor proveu um dia no qual o homem pudesse descansar dos seus labores para se consagrar ao seu Deus, adorando-O e santificando-O.

Outra consideração importante que devemos fazer é lembrar da condição daquele povo que foi o receptor imediato deste mandamento. Pois parece muito significativo lembrar que aquele povo que vivia na servidão no Egito (Êx. 1.13,14) onde a palavra descanso era uma realidade distante, recebesse do Senhor a dádiva de descansar na presença do Senhor.

E olhando por esse lado é compreensível a atitude de Jesus ao rechaçar os fariseus no que diz respeito ao guardar o sábado, pois como observa Pallister “um dos principais objetivos de Jesus foi convencer os fariseus e os mestres da lei que tinham transformado o ‘sabá’ em um trabalho ainda mais árduo e alienante do que o dos outros dias!” (2005, p.91). Isto tem a ver com a interpretação casuística que os fariseus tinham dado à lei.

Por outro lado, o reformador suíço João Calvino dá a esse mandamento uma aplicação essencialmente tipológica, de maneira que chega a afirmar que o sábado é apenas sombra da obra que Cristo viria a realizar na terra, na qual redundava em descanso do pecado, de maneira que diante de Cristo todas as figuras se desfazem, e todas as sombras deixadas de lado. (CALVINO, 2008)

Para Wiersbe “ao descansar no sétimo dia, os israelitas estavam promovendo tanto o seu próprio bem-estar como também o de seus servos e animais de trabalho e reconheciam o senhorio de Jeová sobre o tempo e a criação” (2006, p.290).

Porque então a igreja cristã guarda o sábado em vez do domingo? Hans Ulrich nos dá alguns motivos para acreditarmos que para os cristãos o “sabbat” se dá no dia de domingo, o primeiro dia da semana. Assim sendo, utilizando a sequência proposta por este autor temos 4 (quatro) motivos:

- 1) *O sábado não é uma instituição perpétua (Rm.10.4); Oséias profetiza a abolição do sábado. (Os. 2.11).*
- 2) *O Novo Testamento não exige que guarde o sábado. (Jo.9.16).*
- 3) *O nosso Senhor Jesus Cristo ressuscitou e venceu a morte no primeiro dia da semana, oferecendo-nos, assim, o maior sábado, o maior livramento, a libertação do pecado. (Mt. 16.9)*
- 4) *O Espírito Santo desceu e inaugurou a Igreja num domingo.*

Podemos então concluir a descrição deste mandamento citando Matthew Henry quando comenta sobre este mandamento, onde segundo este comentarista o dia do descanso, seja

sábado ou domingo “é o dia que o Senhor fez, não devemos fazer o que pudermos para desfazê-lo. Ele o abençoou, honrou e santificou, e não devemos profanar, desonrar e igualar aos outros dias aquilo que a benção de Deus dignificou e distinguiu.” (2010, p.294).

2.3.5 – 5º Mandamento: Pais e filhos

“Honra teu pai e tua mãe, para que tenha vida longa na terra que o Senhor teu Deus te dá”
(Êx.20.12)

Os primeiros quatro mandamentos se relacionam com a maneira do homem se relacionar com Deus. A partir do quinto mandamento temos as orientações para o homem na sua relação com o próximo. E neste mandamento o Senhor orienta sobre como deve ser a atitude dos filhos para com seus pais. Este mandamento é também o primeiro no qual se acrescenta uma promessa.

Nesse sentido, percebemos o grande valor deste mandamento para a manutenção da vida de modo geral, visto que os pais são as pessoas que estão mais próximas dos filhos, e estes são os que os filhos devem amar, cuidar, e dar-lhe o respeito e a honra devidos. Calvino avalia que “é pouco importante se eles são dignos ou não dessa honra, porquanto, como quer que eles sejam, ele nos foram dados como pais e mães pelo Senhor, que deseja que os honremos.” (2008, p.30).

O aspecto negativo deste mandamento é que não devemos desprezá-los (Pv.23.22), nem zombar deles (Pv. 30.17), nem feri-los, nem amaldiçoá-los, isso demonstra o quanto Deus leva a sério o assunto da honra aos pais (REIFLER, 2009).

A palavra honra vem do vocábulo *Kabod*, que significa dar importância, dar significado, prestigiar, dentre outros. Assim, como defende Paul Hoff, o homem que não honra seus pais terá grande dificuldades em honrar a Deus. (HOFF, 1997)

Na literatura bíblica temos vários exemplos do cumprimento, bem como reiteraões deste mandamento, nesse aspecto o livro de Provérbios fornece um enorme arcabouço de prescrições nesse sentido, dentre suas instruções o sábio afirma: “Ouça o teu pai que o gerou; não desprezes sua mãe quando ela envelhecer” (Pv. 23.22).

O cuidado com os idosos também é um desenvolvimento deste mandamento, visto que é na velhice que os pais necessariamente precisam de cuidados e apoio constante por parte dos

filhos, e esta é uma dimensão muito importante no cumprimento deste mandamento, sendo que este mandamento para Alan Pallister “é uma expressão clara de que não há muito futuro para uma sociedade que não prioriza a procura e o fortalecimento de relações salutaras entre as gerações.” (2005, p.126).

Neste mandamento, a referência a honra aos pais como autoridade pode ser estendida a outras relações onde se aplica o quesito de autoridade, pois “na interpretação evangélica tradicional, este quinto mandamento sempre é ampliado para qualquer espécie de pais e filhos” (2009, p. 101). Deste modo, pode ser aplicado na relação de patrões e empregados, entre o cidadão e o governo, e na relação entre autoridade e subordinação na igreja (REIFLER, 2009).

Para Richard Foster a relação entre o ser humano e o poder é um tanto problemática, pois segundo ele “o poder pode destruir e criar. O poder que destrói exige ascendência; requer controle absoluto. Ele destrói relacionamentos; destrói a confiança; destrói o diálogo; destrói a integridade;” (2005, p.174).

2.3.6 – 6º Mandamento: Honrando a vida humana

“*Não Matarás*” (Êx. 20.13)

“A palavra hebraica usada em Êxodo 20.13 traduzida por “matar” é rara e significa assassinato violento de um inimigo pessoal” (2005, 129). Neste caso o sexto mandamento proíbe o assassinato. A ênfase principal é sobre o homicídio premeditado, levado a efeito por um inimigo pessoal.

Uma vez que este mandamento proíbe o assassinato, sua ênfase está em valorizar a vida, Hans Ulrich (2009, P.113) dá três razões que apoiam o valor da vida humana:

- 1) *A vida é um dom de Deus.* (Jo.1.21), sendo assim só Ele é o dono da vida, e também seu administrador.
- 2) *A vida é um dom pessoal inalienável:* Isso quer dizer que o suicídio, a eutanásia, o aborto, dentre outros crimes contra a vida são descumprimento desse mandamento. (REIFLER, 2009).
- 3) *A vida é um bem da comunidade:* dessa forma “atentar contra a vida do próximo é uma ofensa à sociedade cujo núcleo é a família.” (2009, p.113).

A validade deste mandamento para a ética cristã é incalculável, sua abrangência contempla vários assuntos que estão sempre em voga no que se refere a ética. Questões como: Pena de morte, guerra, suicídio, eutanásia, aborto, infanticídio e genocídio, são abordadas a partir deste mandamento. Assim, com base neste mandamento, todas estas práticas são condenáveis, uma vez que ao praticá-las estaremos atentando contra a vida humana.

Para Alan Pallister “O ensino do sexto mandamento é claro, específico e concreto: todo ser humano possui o direito de viver dignamente.” (2005, p.118). Vamos tratar de cada assunto separadamente agora:

Suicídio. Terminar a própria vida de modo intencional implica a culpa e lesa a majestade e apropriar-se da prerrogativa de Deus. Muito mais que condenar, o cristianismo indica uma agenda positiva para um novo caminho, ou seja, propõe uma nova vida em Cristo Jesus.

Eutanásia. Em que o sexto mandamento se relaciona com a eutanásia? Eutanásia é a prática pela qual se coloca fim ao sofrimento de alguém irremediavelmente doente, o termo literalmente quer dizer: boa morte ou morte tranquila. Mas de acordo com Hans Ulrich “não existe vida subumana ou pós-humana, porque Deus trata o ser humano em sua totalidade, como alguém que possui corpo, alma e espírito” (2009, p.126). E ainda de acordo com esse autor “a eutanásia sempre é errada porque é um crime contra a vontade de Deus expressa nos Dez Mandamentos, contra a dignidade humana e contra a obrigação médica de preservar a vida.” (2009, p.127).

Aborto. O famoso teólogo e eticista cristão Norman Geisler afirma que “tanto as Escrituras quanto a ciência apoiam a perspectiva de que uma vida individual humana se inicia na concepção, e tanto a revelação geral quanto a revelação especial declaram que é errado matar uma vida humana inocente.” (2010, p.186). E Hans Ulrich define qual deve ser a posição do cristão em relação ao aborto, segundo ele

O cristão não mata uma vida inocente e indefesa; antes, protege-a como bem individual, bem social e, sobretudo, bem-criado por Deus. O lema do cristão nas questões de aborto é sempre preservar a vida, ajudar a resolver os problemas dentro dos princípios da Palavra de Deus. (2009, p.136).

Infanticídio. As justificativas usadas a favor do infanticídio são as mesmas do homicídio. Todos sabemos que a criança é um ser humano inocente, e pra todos os efeitos é moralmente errado tirar a vida intencionalmente de um ser humano inocente. As razões são simples, uma é que o ser humano possui a imagem de Deus, e indiretamente o ataque contra a

vida humana é também contra o Deus que a criou. (GEISLER, 2010). A outra é que somente Deus tem o domínio sobre a vida humana.

Portanto, diante de tudo que temos visto até aqui, só resta uma consideração: todo atentado contra a vida humana, seja qual for sua natureza, é um descumprimento do sexto mandamento, portanto, se constitui pecado contra Deus.

2.3.7 – 7º Mandamento: questões de ética sexual: honrando o matrimônio

“*Não adulterarás*” (Êx. 20.14)

Este mandamento nos direciona a pensar sobre a natureza do casamento. O cumprimento deste mandamento só faz sentido com a realidade do casamento, pois só há risco de adultério onde há uma união formal endossada pelo casamento. O casamento foi instituído por Deus com os seguintes objetivos: prover ao homem uma companheira afim de evitar a solidão, procriação da espécie, ser fonte de prazer e satisfação. Por outro lado, de acordo com Carl Henry o adultério “envolve a relação sexual com alguém que não seja o marido[...]”. (2007, p.30).

A família como instituição formada por Deus é, para todos os efeitos a mais prejudicada pelo descumprimento deste mandamento. Sendo assim, este mandamento é em primeiro lugar um chamado à preservação da família, do lar e da própria sociedade, pois a família é a base da sociedade, e se esta vir a ruir, a sociedade seguirá o mesmo caminho.

Este mandamento é expresso na fórmula negativa “não adulterarás”, porém, o teólogo já citado Hans Ulrich (2009, p.146) nos propõe dois aspectos positivos para que possamos cumprir este mandamento:

1) *Mantendo a pureza sexual*: A impureza sexual é a porta de entrada para o adultério. Ela começa no coração, passa pelas palavras, e conclui com ações pecaminosas, que são a culminação deste processo. Deste modo “O casamento é uma forma de prevenção contra a imoralidade. O sexo praticado dentro do casamento monogâmico é a maneira de satisfazer aquilo que seria concupiscência e levaria à promiscuidade fora do matrimônio.” (2009, p.151)

2) *Vivendo o Casamento*: o desfrutar da benção matrimonial é outra forma de não adulterar, desta maneira o casamento é o ambiente seguro de quem quer se preservar longe do adultério e da impureza sexual. Pois “o casamento é uma união

legítima íntima e verdadeira entre duas pessoas de sexos opostos que manifestam publicamente o desejo de viver juntas” (2009, p.147). Quanto a sua natureza é um “pacto solene”, uma aliança sagrada, monogâmico, e é a união entre um homem e uma mulher. (REIFLER, 2009).

Por outro lado, a relação sexual fora do casamento é chamada de fornicação, e quanto a esta prática Hans Ulrich assevera que

A relação pré-conjugal constitui fornicação e é errada porque cria angústia em vez de segurança e proteção, concentra-se no prazer e não na convivência legal; é instantânea e inconstante; não tem compromissos e não assume responsabilidades familiares; em essência, é o cumprimento do casamento; e é contrária a direção clara de Deus[...]” (2009, p.161).

2.3.7.1 Divórcio

Quando o assunto em foco é a questão do casamento, dificilmente escapamos de falar sobre divórcio. Mas ao considerar o sétimo mandamento em toda sua abrangência precisamos falar sobre o divórcio, que além de tudo é importante para a presente discussão sobre ética cristã. Antes precisamos definir o que é divórcio, no *Dicionário de Ética Cristã* organizado por Carl Henry temos a seguinte descrição: “Divórcio é a dissolução legal dos laços do casamento, o qual envolve separação permanente dos cônjuges e o direito legal de se contrair novas núpcias” (2007, p.191).

Por outro lado a instituição deste mandamento é um testemunho em favor da validade e importância do casamento, e nesse sentido, para Hans Ulrich Reifler “a responsabilidade das igrejas cristãs é manter vivo o ideal do matrimônio, salientando a fidelidade conjugal e a indissolubilidade do casamento como diretriz clara do Criador para o homem.” (2009, p.168). Dessa forma, mesmo havendo vários pontos de discordâncias em relação a esse assunto, esta parece ser a opção mais viável a seguir.

Concluiremos esta parte sobre divórcio com o que Norman Geisler afirma sobre este assunto:

Deus projetou o casamento como um compromisso para toda a vida entre um homem e uma mulher. Embora o relacionamento conjugal não se estenda à eternidade, ele deve durar por todo o tempo em que as pessoas estiverem na terra. O divórcio, como tal, nunca pode ser justificado, mesmo em caso de adultério. O adultério é um pecado, e Deus nem aprova o pecado nem a dissolução do casamento. Aquilo que Deus uniu, ele não deseja que o ser humano separe (Mt.19.6). (2010, p.371).

2.3.7.2 Homossexualismo

Na definição proposta por Carl Henry “Homossexualismo se refere ao comportamento sexual envolvendo preferência por membros do mesmo sexo” (2007, p.331). Esta é outra questão que parece estar muito próxima das reflexões a respeito do casamento. Como já visto Hans Ulrich define que “o casamento é uma união legítima íntima e verdadeira entre duas pessoas de sexos opostos que manifestam publicamente o desejo de viver juntas” (2009, p.147). Ou seja, é um compromisso firmado entre um homem e uma mulher.

Mas Norman Geisler (2010, p.333) aponta alguns argumentos utilizados por homossexuais buscando justificar suas práticas, sendo que alguns dentre os tais se utilizam da própria Bíblia. Eles afirmam que:

- 1) *O pecado de Sodoma não era a homossexualidade, sim, o egoísmo.*
- 2) *As condenações Paulinas são apenas opiniões pessoais.*
- 3) *A lei levítica não se aplica aos dias de hoje. Etc.*

Porém, mesmo diante destes argumentos podemos afirmar que o homossexualismo é um comportamento biblicamente reprovado, condenado tanto no Antigo como Novo Testamento (c.f.Lv 18.22; Rm 1.24,27). Pois de acordo com Norman Geisler “Deus ordenou que o sexo deve ser usado no contexto de uma relação heterossexual monogâmica” (2010, p.353).

Como descrito no livro de Norman Geisler Paulo declara que “nenhum homossexual praticante irá herdar o reino de Deus (I Co 6.9). A linguagem das Escrituras não poderia ser mais enfática do que isso. As práticas homossexuais são chamadas inaturais, impuras, vergonhosas, indecentes, perversas e abomináveis. ” (2010, p.354). Assim sendo, se tomamos a Bíblia como base das nossas reflexões éticas não devemos desconsiderar estas afirmações.

Mas isto não de ser usado como pretexto para incitar o ódio aos homossexuais, jamais se deve combater um pecado praticando outro. Hans Ulrich aponta que “a comunhão viva entre cristãos é de suma importância para o homossexual. A falta de paciência, compreensão, amor e tato, e o farisaísmo e legalismo evangélicos podem distanciá-lo da igreja local.” (2009, p.175).

Então, não devemos ser coniventes nem nos compactuar com suas práticas, entretanto, por outro lado, o que devemos é nos esforçar para que possamos alcança-los com o amor de Cristo.

2.3.8 – 8º Mandamento: a proteção da propriedade e do trabalho

“*Não furtarás*” (Êx.20.15)

Neste mandamento, de modo geral o Senhor proíbe qualquer atitude de apoderar ilicitamente da propriedade alheia. O roubo é prática condenável em todas as culturas, pois implica em desvalorização da propriedade alheia.

No testemunho bíblico existem várias proibições dessa natureza (Êx.22.1-15; Lv. 19.35-37; Dt. 25.13-16). Nesse sentido o que se proíbe não é apenas o furto de algo material, mas também se refere a negócios fraudulentos, roubo de animais, sequestro de pessoas, etc. Em 2Sm 15 temos uma descrição de até onde o roubo pode chegar, pois segundo o texto Absalão, filho de Davi, roubou o coração do povo. E em Pv. 28.24 Salomão afirma que o roubo é pecado e que o ladrão é companheiro da destruição.

Jesus Cristo reiterou este mandamento ao jovem rico (Mt.19.24), e o apóstolo Paulo rechaça o furto e vai um pouco além ao propor um novo caminho: o trabalho. “*Aquele que roubava não roube mais; pelo contrário, trabalhe [...]!*” (Ef.4.28a). À parte do aspecto negativo deste mandamento temos a sua versão positiva descrita nos seguintes termos:

- 1) Confiança no Senhor: o homem que coloca sua confiança no Senhor, Deus da providência, que prospera os que nele confiam (Pv.28.25), não terão dificuldade em cumprir este mandamento.
- 2) Honestidade: o homem que evita vantagens indevidas em seus negócios também está agindo positivamente em relação a este mandamento. Além do mais, um exemplo é que o comerciante que age contrário a isso, provavelmente coloca sua vida em risco, uma vez que tais atitudes causam em seus clientes reações inesperadas. (REIFLER, 2009). O funcionário também deve evitar furtos e roubos aos patrões, pois de maneira contrária, deixará de cumprir esta ordenança.

Este mandamento pode ser contextualizado das mais variadas maneiras. O roubo pode estar implícito em atitudes como: *fraude comercial, exploração de preços, sonegação de impostos, adulteração de produtos, suborno, desvio de verbas públicas, pagamento de salários baixos (Inadequados para a função), apropriação indevida de gorjetas, desvio de verbas da igreja*, e todo e qualquer tipo de exploração. (REIFLER, 2009).

E mais, deixar de honrar seus compromissos, ser desleal em negócios, recebendo benefícios públicos indevidos (como aposentadoria, seguro desemprego, por exemplo). Também pode se refletir em questões um tanto mais de cunho social, mas não deixa de ser uma modalidade de roubo: escravagismo, tráfico de pessoas, exploração sexual.

No Antigo Testamento quem descumprisse este mandamento deveria restituir o roubo que fez. E no Novo Testamento temos o exemplo de Zaqueu, que decidiu restituir quadruplicadamente os ‘roubos’ que havia cometido (Lc.19). Desta forma isto serve de parâmetro para nós hoje: se chegar a defraudar alguém, é dever restituir. Assim, com base no que já foi dito, pode se afirmar que este mandamento tem ênfase na valorização e proteção da propriedade.

2.3.9 – 9º Mandamento: a proteção da honra

“Não dirás falso testemunho contra seu próximo.” (Êx. 20.16)

Neste versículo a palavra usada para falso testemunho é *‘sheqer’*, que tem os significados seguintes: “mentir”, “fazer acusação falsa” contra alguém. Nesse caso quando há *sheqer* o testemunho de tal pessoa não está baseado em fatos reais, e geralmente é praticado com o intuito de prejudicar alguém. (PALLISTER, 2005).

Este mandamento também está intimamente ligado com o fato de alguém testemunhar a respeito de outra pessoa diante de um tribunal (Êx.23.1), nesse caso, quando não se dá um testemunho verdadeiro, com más intenções, há o descumprimento desse mandamento. Outra questão que parece estar implícita aqui é a questão da mentira, pois está ligada ao fato de dar falso testemunho. O teólogo reformado Charles Hodge afirma que para haver mentira são necessários três elementos: “(i) A enunciação daquilo que é falso; (ii) A intenção de enganar, e (iii) A violação de uma promessa, da obrigação de contar a verdade.” (HOGDE, 1952 *apud* GEISLER, 2010, p.91).

Assim, o equivalente positivo deste mandamento é falar a verdade ao próximo (REIFLER, 2009), e também falar a verdade sobre o próximo quando estiver testemunhando a respeito dele. “O homem é criado a imagem de Deus e, portanto, é convidado por Deus a ser homem de verdade, integridade e fidelidade, e (por fim) andar na verdade.” (2009, p.222).

Warren Wiersbe em seu comentário de Êxodo afirma que “falar a verdade e cumprir promessas é a argamassa que mantém a sociedade unida”. (2012, p.297). Por fim este mandamento também condena a maledicência (Pv. 10.18).

De maneira geral todos os aspectos desse mandamento, sejam positivos, ou negativos, convergem para um tipo de atitude que visa um atentado contra a honra do próximo, como confirma Hans Ulrich

“A proteção da honra humana é fundamental para a convivência social de qualquer comunidade ou nação. Nenhum homem deseja que sua reputação ou bom nome de sua família sejam atingidos. A honra talvez seja a parte mais sensível do ser humano. O nono mandamento trata da proteção desta área pessoal.” (2009, p.219).

Ao agir com desrespeito, dar respostas evasivas, cometer engano proposital, maledicência, injúria, ofensa, malícia, mexerico e zombaria, são todas maneiras de pecar contra a honra do próximo. E por assim dizer, são maneiras de descumprir o nono mandamento.

2.3.10 – 10º Mandamento: controle dos desejos e ambições erradas

“*Não cobiçarás...*” (Êx. 20.17a)

“A palavra hebraica que traduzimos por *cobiça* deriva de *chamad*. Na teologia bíblica recente, compreende-se como ‘possuir no coração uma intenção oculta que mais tarde se manifesta em ações concretas de furto e roubo’. (KAISER, 1983, *apud* REIFLER, 2009, p.229). Como afirma Hans Ulrich, para Agostinho, cobiça “é desejar mais do que o suficiente”. (2009, p.229).

A cobiça está muito presente na vida do ser humano, e o acompanha desde sua pequenez, de fato até no (quase) perfeito jardim do Éden a cobiça estava por perto, de maneira que o primeiro pecado praticado na terra foi fruto da cobiça. Pois Eva foi seduzida por sua própria cobiça. E a partir daí, talvez seja difícil exagerar o quanto a cobiça é danosa à vida humana de modo geral.

Pois desde os primórdios vemos esta atitude no meio do povo. Foi assim com o povo de Deus no deserto (Nm.11.4), foi esta a causa da ruína moral pela qual passou Davi ao se envolver (cobiçar) a jovem Bate-Seba, vindo depois disso o adultério e o consequente assassinato de Urias (II Sm 11ss).

Mais à frente vemos o grande (pequeno) rei Acabe sucumbindo diante da cobiça que tinha pela vinha de Nabote, um pequeno (grande) vinhateiro que vivia próximo ao suntuoso palácio de Acabe (I Rs. 21.1-7). Assim como no Antigo Testamento, no Novo Testamento temos também diversos exemplos da malignidade da cobiça, de maneira que nas páginas do Novo Testamento a cobiça está associada a atitudes como: *ambição, desejos intensos, desejos lascivos, desejos malignos, inclinações da carne, paixões mundanas, concupiscência da carne*. (REIFLER, 2009)

Hans Ulrich (2009, p.235) nos indica algumas maneiras de se cumprir positivamente este mandamento. Vejamos:

- 1) Manter a alma satisfeita em Deus.
- 2) Esperar no Senhor.
- 3) Orar como confiança no Senhor. e
- 4) Defender e promover o bem-estar social dos pobres, órfãos, oprimidos.

Este mandamento está tratando especificamente da cobiça à mulher do próximo, da casa do próximo, do servo, do boi, do jumento, etc. Porém este mandamento é aplicável sobre qualquer outro tipo de cobiça. Portanto o aspecto positivo contido nesse mandamento pode ser resumido nas seguintes palavras de Hans Ulrich: “promover ativamente o bem-estar do próximo em atos de amor fraternal, diaconia, misericórdia e retidão é o caminho traçado por Deus para cumprirmos concretamente o décimo mandamento” (2009, p.236).

Por isso, conclui Pallister, “só quando o desejo do cristão tem como objetivo a comunhão íntima com Deus e o bem do próximo, encontrará a libertação da cobiça em seus diversos aspectos.” De maneira que, “a solução não é deixar de desejar, mas sim desejar aquilo que é correto.” (2005, p.277).

A descrição detalhada dos dez mandamentos se torna essencial na elaboração de uma análise a respeito da ética cristã atual, pois a partir desta, podemos ter em mente a ênfase de cada mandamento, direcionando assim o seu conteúdo para ética cristã. Através desta descrição temos plena consciência de que o decálogo é plenamente suficiente para apoiar as nossas decisões éticas contemporâneas.

3. COMPARAÇÃO ENTRE OS CÓDIGOS DE ÉTICA CITADOS E O DECÁLOGO

No primeiro capítulo desta pesquisa nos ocupamos em apresentar as definições básicas de ética cristã, seus fundamentos, as ocorrências no Antigo e Novo Testamento. No segundo capítulo começamos com a afirmação de que o decálogo é a base da ética cristã, e partindo deste pressuposto passamos a descrever cada mandamento do decálogo e suas aplicações nas questões éticas contemporâneas.

A partir de agora passaremos a analisar alguns códigos de ética, identificando os aspectos em que os mesmos se aproximam do decálogo, e também em que aspectos os mesmos se afastam da perspectiva bíblica representada no decálogo. E por fim apresentaremos um modelo de código de ética que seja baseado no decálogo.

Como temos visto desde o início deste capítulo, o decálogo é a base da ética cristã. Sendo assim, um código de ética cristã deve contemplar cada um dos Dez Mandamentos, ou suas aplicações nos dias de hoje.

E a partir de agora faremos uma comparação entre os códigos de ética das igrejas seguintes. Tal comparação tem o objetivo de apontar as aproximações e os distanciamentos em relação ao decálogo.

1. **Igreja Assembleia de Deus – Missionária.** Sediada na Rua Angaratuba, nº.526, Vila das Mercês – São Paulo-SP.
2. **Igreja Metodista – Sede Nacional** – Sediada na Av. Piassanguaba nº. 3031 – Planalto Paulista – São Paulo-SP.
3. **Ordem dos Ministros Batistas Nacionais** – Sediada na SDS – Ed. Venâncio Jr., Bloco M, Entrada 14 – Brasília-DF.

Lembrando que estes códigos de ética estão disponíveis na internet, e os links serão disponibilizados nos referenciais bibliográficos. Para efeito de comparação as informações serão dispostas nos seguintes quadros:

Tabela 4

Mandamento	Igreja Assembleia de Deus Missionária
------------	---------------------------------------

1°	-
2°	-
3°	-
4°	<i>Artigo 11 – Parágrafo VII:</i> “Administrar bem o seu tempo de modo a equilibrar obrigações pessoais, deveres eclesiais e responsabilidades familiares.” <i>Artigo 12 – Parágrafo I:</i> “Tratar com justiça os membros de sua família, dando-lhes tempo, o amor e a consideração que precisam.”
5°	<i>Artigo 16 Parágrafo XXVIII:</i> “O ministro deve conviver harmoniosa e fraternalmente com seu dirigente, como também com o seu pastor presidente, reconhecendo sua autoridade[...].” <i>Artigo 17 par. 4:</i> “o ministro deve conhecer as autoridades da sua comunidade, honrando e incentivando-as no cumprimento de sua missão (Rm. 13:1-7).”
6°	-
	<i>Artigo 12- Parágrafo II:</i> “Ter como companheira uma esposa em condições de ajuda-lo no ministério [...]” <i>Artigo 12 – Parágrafo III:</i> “Compreender o papel singular do seu cônjuge [...]” <i>Artigo 12 Parágrafo IV:</i> “Tratar o cônjuge e filhos como estabelece a palavra de Deus, constituindo-se exemplo dos fiéis”
8°	<i>Artigo 10- Parágrafo VI:</i> “Abster-se da prática de atos que impliquem mercantilização do ministério [...]” <i>Artigo 10- Parágrafo XIX:</i> “Indenizar prontamente o prejuízo que causar [...]” <i>Artigo 10- Parágrafo XXVII:</i> “não se aproveitar de situações decorrentes do relacionamento pastoral para obter vantagens financeiras [...]” <i>Artigo 11 Parágrafo VII:</i> “Ser honesto e responsável em sua vida financeira, pagando em dia seus compromissos [...]”. <i>Artigo 15 Parágrafo I:</i> “Não cobrar qualquer valor material pela ministração em casamentos, funerais, aniversários e outras[...].”
9°	<i>Artigo 10 Parágrafo XIV:</i> “Não divulgar publicamente, nem a terceiros reservadamente, casos que estejam sendo tratados ministerialmente [...]” <i>Artigo 11 Parágrafo IX:</i> “O pastor deve: ser verdadeiro em sua palavra, pregando ou ensinando [...]”. <i>Artigo 13 Parágrafo XV:</i> “Ao ser transferido para outra igreja, não fazer referências depreciativas à igreja de onde saiu, nem mesmo ao colega que assumiu o seu lugar”
10°	-

Fonte: Código de ética da Igreja Assembleia de Deus Missionária

Tabela 5

Mandamento	Ordem dos Ministros Batistas Nacionais (ORMIBAN)
1°	-
2°	-
3°	-
4°	<i>Artigo I – Parágrafo 2:</i> “Serei justo para com a minha família, fazendo o possível para lhe dar o tempo e a consideração que merece, dedicando ao menos, um dia por semana, atenção especial em atividades recreativa, social e familiar”.
5°	
6°	-
7°	-
8°	<i>Artigo 1 - Parágrafo III:</i> “Buscarei viver dentro dos limites dos meus honorários, sendo pontual no pagamento de meus compromissos [...]” <i>Artigo 1 Parágrafo 6:</i> “Não plagiarei, ao usar material de fonte alheia, farei a devida citação” <i>Artigo 3 - Parágrafo 18:</i> “Abrirei mão de qualquer vantagem financeira que me seja segurada [...]”
9°	<i>Artigo 10 - Parágrafo XIV:</i> “Não divulgar publicamente, nem a terceiros reservadamente, casos que estejam sendo tratados ministerialmente [...]” <i>Artigo 11 - Parágrafo IX:</i> “O pastor deve: ser verdadeiro em sua palavra, pregando ou ensinando [...]” <i>Artigo 13 - Parágrafo XV:</i> “Ao ser transferido para outra igreja, não fazer referências depreciativas à igreja de onde saiu, nem mesmo ao colega que assumiu o seu lugar”
10°	<i>Artigo 1-Parágrafo 4:</i> “Não permitirei que o fator financeiro seja decisivo na aceitação de um novo pastorado”. <i>Artigo 3 - Parágrafo 18:</i> “Abrirei mão de qualquer vantagem financeira que me seja segurada, toda vez que voluntariamente solicitar a alguém que realize para mim a tarefa que me pertencia, transferindo a remuneração prevista.”

Fonte: Código de ética da Ordem dos Ministros Batistas Nacionais

Tabela 6

Mandamento	Igreja Metodista – Sede Nacional
1°	-
2°	-
3°	-
4°	<i>Artigo 46 – I:</i> “(O ministro deve) dar atenção à sua família e às suas necessidades pessoais;” <i>Artigo 46 – K:</i> “(O ministro deve) separar algum tempo para descanso e lazer”.
5°	

	-
6º	-
7º	
8º	<i>Artigo 45:</i> “É vedado ao pastor e à pastora fixar honorários, ou quaisquer outras formas de pagamento, para a realização de ofícios pastorais, tais como, batizados, casamentos, ofícios fúnebres e outros”.
9º	<i>Artigo 19:</i> “O pastor e a pastora não depreciam os seus colegas, especialmente quem os tenha antecedido. ”
10º	-

*Tabela 1*Fonte: Código de ética da Igreja Metodista - Sede Nacional

3.1 PONDERAÇÕES CONCLUSIVAS

A partir da observação desta comparação podemos fazer os seguintes apontamentos: nenhum dos códigos de ética faz referência aos três primeiros mandamentos, que enfatizam a exclusividade, incomparabilidade, e a santidade do Senhor. Nesse caso há um distanciamento do que o decálogo indica. E de certo modo isso parece ser um pouco problemático, uma vez que não abordam diretamente e nem indiretamente a necessidade de ter o Senhor como único e exclusivo Deus, nem da Sua incomparabilidade.

Mas por outro lado versam sobre a necessidade do ministro honrar seus líderes e pastores presidentes, bem como os líderes políticos da sociedade civil. Parece que o que está implícito aqui é o seguinte, mesmo que inconscientemente, colocam a honra a líderes eclesiásticos e políticos como mais importante do que a honra a Deus. Não que necessariamente não honrem a Deus, mas é isso o que fica claro ao olhar o código de ética como direcionador das ações dos membros de tais igrejas.

O quarto mandamento encontra representação em todos os três códigos de ética, o que reflete um cuidado em relação ao período de descanso e dedicação de tempo à família.

Nenhum dos códigos de ética pesquisados apresenta resposta a respeito de uma área tão necessária do discurso ético atual: a valorização da vida, descrita no sexto mandamento. Portanto, se um crente de alguma dessas igrejas ou organizações quiser encontrar algum respaldo ético para alguma discussão a respeito do aborto, eutanásia, etc., não encontrará nestes códigos de ética nenhum embasamento.

Apenas um dos códigos de ética pesquisado apresenta algum capítulo sobre o casamento, mas, não apresentam nada a respeito do divórcio, se aceitam ou não ministros que

são divorciados, ou se aprovam ou não o divórcio. Nenhum destes questionamentos são respondidos nos referidos códigos de ética.

Outro assunto que não é sequer citado, é a questão da homossexualidade, que tem sua abrangência no sétimo mandamento. É até curioso o fato de que assuntos tão importantes nos discursos éticos da igreja, fiquem de fora destes códigos de ética.

O mandamento que encontra mais representações nos códigos de ética pesquisados é o oitavo mandamento (Não furtarás), que enfatiza a proteção e a valorização da propriedade, e que aborda a questão do dinheiro e da maneira que lidamos com ele. Embora tenham orientações a respeito de honestidade, o que é positivo. Mas, é muito significativo notar que, infelizmente, a questão do dinheiro ocupa grande parte das nossas preocupações no que se refere a ética.

Outro mandamento que encontra representação nos três códigos de ética é o nono mandamento, que enfatiza a respeito da verdade e da mentira, de maledicências e todo ataque à honra do próximo.

Portanto, partindo destas observações, podemos afirmar que esses códigos de ética não respondem as demandas bíblicas a respeito da ética cristã, as demandas atendidas não são bíblicas, mas detalhes organizacionais internos, que visam a preservação das instituições eclesiais. Pois, uma vez que o decálogo é a base da ética cristã, o aceitável seria que os códigos de ética fossem baseados no decálogo, o que não ocorreu nos casos analisados.

E diante dessa constatação surge a necessidade de se apresentar um modelo de código de ética que seja amparado no decálogo, e que responda as demandas bíblicas.

4. CONCLUSÕES

Ao comparar cada um dos códigos de ética citados no capítulo três, com o decálogo, podemos afirmar categoricamente que nenhum dos três códigos de ética apresentados representam fielmente o conteúdo do decálogo, apesar de que em algum momento aborde alguma questão esboçada no decálogo.

Assim, chegamos à conclusão de que as demandas consideradas nos códigos de ética estudados em sua maioria não são amparadas no decálogo, o que gera outro problema, pois se o decálogo é a base da ética cristã, um código de ética cristã deve estar de acordo com o que ensina os dez mandamentos.

Por outro lado, um código de ética é o reflexo das concepções éticas de um determinado grupo, assim sendo, apresentamos o seguinte modelo de código de ética cristã como refletindo a concepção ética que a igreja evangélica brasileira deve ter, sendo que o mesmo atende as exigências descritas no decálogo, que é a base da ética cristã. Deste modo a principal preocupação ao elaborá-lo foi atender as demandas bíblicas descritas no decálogo.

Assim sendo, a partir de agora será proposto um modelo de código de ética que tem como base o decálogo. Essa proposta é apenas ilustrativa e não se propõe a excluir os códigos existentes, o objetivo é de sugerir apenas um direcionamento para elaboração de um código de ética cristã, indicando quais questões devem ser priorizadas.

4.1 PROPOSTA DE CÓDIGO DE ÉTICA CRISTÃ

De acordo com a sequência dos dez mandamentos, e considerando as afirmações anteriores podemos sugerir o seguinte modelo de código de ética cristã elaborado com base nas orientações descritas no decálogo, considerando sua abrangência nos dias atuais:

Dos deveres do cristão:

Artigo 1: O cristão deve reconhecer o Senhor como seu único e verdadeiro Deus.

I. É vedado ao cristão todo e qualquer tipo de idolatria.

II. O cristão deve honrar o único e verdadeiro Deus revelado nas Escrituras Sagradas.

III. O cristão deve condenar o ateísmo, o politeísmo, bem como a veneração de pessoas humanas concedendo-lhe o status de divindade.

IV. O cristão deve confiar na suficiência de Deus, sendo-lhe fiel, adorando unicamente ao Senhor.

V. O cristão deve temer, obedecer, amar, servir com integridade a Deus.

Artigo 2: o cristão deve adorar somente ao Senhor, o único e verdadeiro Deus.

I. É vedado ao cristão cultuar qualquer coisa visível ou invisível, pessoal ou impessoal, que esteja em oposição ao único Deus revelado nas Escrituras Sagradas.

II. É vedado ao cristão a veneração de qualquer imagem de escultura como substituto do único Deus ou seu representante.

III. O cristão deve velar pela santidade de Deus, como o único e incomparável Deus. Dessa forma, toda e qualquer assimilação de Deus com qualquer outra divindade é tida como condenável.

Artigo 3: O cristão deve dar valor ao nome do Senhor, considerando sua santidade.

I. É vedado ao cristão fazer uso do nome do Senhor em juramentos, promessas ou algo semelhante a isso.

II. É vedado ao cristão usar o nome do Senhor em vão ou de forma leviana.

Artigo 4: O cristão deve reconhecer o senhorio do Senhor sobre o tempo.

I. O cristão deve separar um dia na semana para santificar ao Senhor.

II. O cristão deve dedicar tempo ao próprio descanso, evitando assim o excesso de trabalho, mesmo que seja na própria igreja.

III. O cristão deve dedicar tempo à sua família, dando-lhe a atenção e cuidado devidos.

Artigo 5: O cristão deve honrar as autoridades estabelecidas pelo Senhor.

I. O cristão deve considerar sua liderança (Pastores, coordenadores, presidentes, etc) como representantes do Senhor, conferindo-lhe honra e prestígio.

II. O cristão deve reconhecer os governantes civis como autoridades estabelecidas por Deus, prestigiando e colaborando, sempre que for possível, no estabelecimento de uma sociedade justa e digna.

Artigo 6: O cristão deve honrar a vida humana como dom de Deus, preservando-a e protegendo-a em todos os seus aspectos.

I. O cristão deve posicionar contra todo e qualquer ataque a vida humana, considerando-a um bem pessoal inalienável.

II. O cristão deve valorizar a vida humana, se colocando como defensor da vida, dessa forma deve se posicionar contra atitudes como: aborto, eutanásia, suicídio, a pena de morte, o genocídio, a clonagem humana, e todo e qualquer ataque contra a vida humana.

Artigo 7: O cristão deve honrar o matrimônio como instituição criada por Deus.

I. É vedado ao cristão a prática sexual fora do casamento.

II. É vedado ao cristão a prática da fornicação e da masturbação.

III. É vedado ao cristão a prática da poligamia, mesmo estando em culturas onde esta prática é aceita.

IV. É dever do cristão manter vivo o ideal do casamento, salientando a fidelidade conjugal e a indissolubilidade do casamento, considerando a opção do divórcio apenas nos casos citados na Bíblia.

V. É vedada ao cristão toda prática homossexual.

VI. O cristão deve manter a pureza sexual considerando seu próprio corpo como templo do Espírito Santo de Deus.

Artigo 8: o cristão deve proteger a propriedade particular e valorizar o trabalho honesto.

I. O cristão deve proceder honestamente em seus negócios, honrando todo e qualquer compromisso que hora tenha assumido.

II. É vedada ao cristão a prática de roubo ou atitude similar, como: fraude comercial, exploração de preços, sonegação de impostos, adulteração de produtos, suborno, desvio de verbas públicas, pagamento de salários baixos (Inadequados para a função), apropriação indevida de gorjetas, desvio de verbas da igreja, etc.

III. O cristão deve incentivar o trabalho honesto em detrimento do roubo.

IV. O cristão deve indenizar e restituir todos os que tenham sido prejudicados por qualquer prática que tenha feito.

Artigo 9: O cristão deve proteger a honra do próximo, evitando maledicências, mentiras e falso testemunho.

I. O cristão deve valorizar a verdade em qualquer circunstância.

II. É vedado ao cristão proferir qualquer tipo de mentira, mesmos as que são consideradas pouco prejudiciais, como por exemplo: falsificação de atestado médico, omitir ganhos em declaração de renda, etc.

III. O cristão nunca deve dar falso testemunho sobre seu próximo, tendo em vista a preservação do corpo de cristo, sendo seu sim ‘sim’ e seu não ‘não’.

IV. O cristão jamais deve omitir a verdade, mesmo que tal atitude cause prejuízo.

Artigo 10: O cristão deve manter sob controle toda os desejos e ambições erradas.

I. O cristão deve manter se livre de qualquer atitude motivada pela avareza.

II. É vedado ao cristão toda e qualquer atitude de cobiça, de maneira que suas atitudes não devem motivadas pela cobiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim desta pesquisa podemos afirmar em primeiro lugar que ética de modo geral se relaciona com costumes, hábitos, etc., é o ramo do estudo que, se ocupa com as questões a respeito das leis morais que regem a conduta humana, principalmente no que se refere a sua vida em sociedade. A ética pode ser dividida em ética analítica, empírica ou normativa.

Já a ética cristã é a reflexão ética tomada a partir das Escrituras Sagradas, a qual provê auxílio, direção, e orientação para todas as decisões humanas. Dessa forma sua fonte é própria a Bíblia Sagrada. A ética cristã é normativa, absoluta, transcendente, direcionista, objetiva e imutável.

A base da ética cristã é o decálogo, ou dez mandamentos, de modo que, a revelação especial de Deus ao seu povo contida nas Escrituras Sagradas é a base da ética cristã, e não apenas a base, é também sua fonte. De maneira que não podemos negar que a lei dada por Deus aos hebreus no Sinai, é parte crucial desta revelação, e por assim dizer, é substancialmente importante para se refletir a respeito de ética cristã.

De modo que se torna quase impossível se falar a respeito de ética cristã sem levar em consideração o conteúdo do decálogo em todas as suas abrangências nos dias atuais. O próprio Cristo baseou seu discurso ético no decálogo ao reinterpretá-lo e cumpri-lo. Porquanto compreendemos que Ele fez uma ponte entre seu ensino ético e a lei mosaica.

E apesar de o decálogo ter sido dado a um povo que vivia em contextos totalmente diferente do nosso, ele é válido para nós hoje como cristãos, pois nós não somos o povo de Israel no sentido físico, mas o somos em sentido espiritual, atuando como membros da nova aliança descrita no Novo Testamento.

A descrição detalhada dos dez mandamentos se tornou essencial na elaboração desta pesquisa, pois a partir desta, podemos ter em mente a ênfase de cada mandamento, direcionando assim o seu conteúdo para ética cristã, desse modo chegamos à conclusão de que o decálogo é suficiente para apoiar as nossas decisões éticas contemporâneas.

Partindo destas conclusões podemos indicar claramente que a causa da crise ética existente na igreja evangélica brasileira é devido ao fato de se desconsiderar o decálogo nas discussões éticas e na prática da vida cristã.

A solução para a crise ética citada pode ser descrita como uma volta aos princípios éticos e morais bíblicos, sintetizados no decálogo. Por isso foi proposto um modelo de código de ética

baseado no decálogo e suas aplicações aos dilemas éticos contemporâneos, como por exemplo: aborto, homossexualismo, eutanásia, dentre outros.

Porém, ao fim deste trabalho, chegamos à conclusão de que existe ainda um grande caminho a ser percorrido em direção a solução da crise ética enfrentada pela igreja evangélica brasileira, entretanto podemos deixar esta parcela de contribuição nesta busca, pois creio que uma volta aos princípios éticos bíblicos pode ser o início da resolução do problema citado, a fim de que possamos juntos caminhar nesta direção, com o intuito de vivermos um cristianismo mais ético, com bases fixadas na verdade e que acima de tudo glorifique a Jesus Cristo como o principal modelo ético a ser seguido.

REFERÊNCIAS

BARCLAY, William. **As Obras da carne e o Fruto do Espírito**. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000.

BÍBLIA Sagrada de Almeida Século 21: Antigo e Novo Testamentos. São Paulo: Vida Nova, 2013.

CALVINO, João. **A verdade para todos os tempos**: um breve esboço da fé cristã. Tradução de Odayr Olivetti. São Paulo: PES, 2008.

CÓDIGO de ética e disciplina IAD missionária. Disponível em <<http://www.iadmissionaria.com/p/codigo-de-etica-e-disciplina-dos.html>> acesso em 25/09/2015.

CÓDIGO de disciplina ormiban. Disponível em <<http://www.cbnpr.com.br/index.php/codigo-de-disciplina>>. Acesso em 25/09/2015.

CÓDIGO de ética pastoral igreja metodista. Disponível em <http://metodista.org.br/content/interfaces/cms/userfiles/files/documentos-oficiais/codigo_etica_pastoral.pdf>

DICIONÁRIO Bíblico de Wycliffe. Tradução de Degmar Ribas Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

ERICKSON, Millard J. **Dicionário popular de teologia**. Tradução de Emirson Justino. 1.ed. rev. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

FEINBERG, John S. (org). **Continuidade e Descontinuidade**: perspectivas sobre o relacionamento entre o Antigo e o Novo Testamentos. Tradução de Onofre Muniz. São Paulo: Hagnos, 2013.

FOSTER, Richard J. **Dinheiro, Sexo e Poder**: um chamado à renovação ética. Tradução de Wanda Assumpção. 2. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 2005.

GEISLER, Norman L. **Ética Cristã**: opções e questões contemporâneas. Tradução de Alexandros Meimaridis, Djair Dias Filho. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 2010.

GRENZ, Stanley J. **A busca da Moral**: fundamentos da ética cristã. Tradução de Almiro Pisetta. São Paulo: Editora Vida, 2006. HENRY, Carl F. H. (org.). **Dicionário de Ética Cristã**. Tradução Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã: 2007.

HAMILTON, Victor P. **Manual do Pentateuco**. Tradução de James Monteiro Reis. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

HENRY, Matthew. **Comentário Bíblico**: Antigo Testamento, Pentateuco. Tradução de Degmar Ribas Júnior. Rio de Janeiro: CPAD, 2010. Volume 1.

HOFF, Paul. **O pentateuco**. Tradução de Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Editora Vida, 1997.

LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. Tradução de Degmar Ribas Júnior. ed. rev. São Paulo: Hagnos, 2003.

PALLISTER, Allan. **Ética Cristã Hoje**: vivendo um cristianismo coerente em uma sociedade em mudança rápida. - São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

REIFLER, Hans Ulrich. **A ética dos Dez Mandamentos**: um modelo de ética para os nossos dias. São Paulo: Vida Nova, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução de João Dell' Anna. 28. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

WIEERSBE, Warren W. **Comentário Bíblico Expositivo**: Antigo Testamento, Pentateuco. Tradução de Susana E. Klassen. Santo André, SP: Geográfica Editora, 2006. Volume 1.

WIESE, Werner. **Ética Fundamental**: Critérios Para Crer e Agir. São Bento do Sul: Ed. União Cristã: FLT, 2008.

WILLIAMS, J. Rodman. **Teologia Sistemática**: uma perspectiva pentecostal. Tradução de Sueli Saraiva e Lucy Hiromi Kono Yamakami. São Paulo: Editora Vida: 2011.